

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----  
----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA, REALIZADA NO DIA 4 DEZEMBRO DE 2007.** -----  
----- **ACTA NÚMERO QUARENTA E UM** -----

----- No dia 4 de Dezembro de 2007, reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Dra. Paula Maria Von Hafe Teixeira da Cruz, coadjuvada pelos Excelentíssimos Senhores Eng.º Jorge Manuel Mendes Antas e Nelson Pinto Antunes, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários. -----

----- Assinaram a “lista de presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Afonso Miguel Silveira Machado Pereira Costa, Alberto Francisco Bento, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Belo Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Patrícia de Lamy Barreiros, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, António Manuel, António Manuel de Sousa Ferreira Pereira, António Modesto Fernandes Navarro, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Carlos Filipe Marques Lima, Carlos Manuel de Melo Barroso, David Alexandre Ribeiro Valente, Domingos Alves Pires, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Francisco José da Silva Oliveira, Heitor Nuno Patrício de Sousa e Castro, Henrique José Praia da Rocha de Freitas, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Ismael do Nascimento Fonseca, João Álvaro Bau, João Augusto Martins Taveira, João Carlos Durão Lopes Saraiva, João Manuel Costa Magalhães Pereira, João Mário Amaral Mourato Grave, João Miguel Martins Ferreira, João Miguel Narciso Candeias Mesquita Gonçalves, João Nuno Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, Joaquim António Canelhas Granadeiro, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Manuel Virtudes dos Santos Penedo, José das Neves Godinho, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Guilherme Figueiredo Nobre de Gusmão, José Luís Sobreda Antunes, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, José Rui Roque, Lídia Marta Canha Fernandes, Luís Ângelo da Silva Campos, Luís Baltazar Brito da Silva Correia, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Marcelino António Figueiredo, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luísa Rodrigues Neves Vicente Mendes, Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Marta Sofia Caetano Lopes Rebelo Gonçalves, Nuno Roque, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Alexandre Valente de Assunção, Pedro Manuel Portugal Natário

Botelho Gaspar, Pedro Pinto de Jesus, Rodrigo Manuel Neiva de Oliveira Leal Lopes, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rogério Gomes dos Santos, Rui António Francisco Coelho, Rui Manuel Pessanha da Silva, Timóteo Rodrigues Macedo, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves, José Luís Português Borges da Silva, Manuel Fernando Dias de Almeida, José Manuel Cal Gonçalves, Rosa Maria Carvalho da Silva, António da Conceição Tavares, Carlos Alberto Rebelo Costa, Filipe Miguel Bento Alexandre Fernandes Botas, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, América da Conceição Ribeiro de Almeida Coelho, Luís Jorge Teixeira Mendes da Silva, Rui Manuel Santos Matos Alves, Feliciano Marques Martins da Cruz David, Carlos Manuel Cardoso da Silva, António Adelino dos Santos, João Pedro Gonçalves Pereira, Emília Cristina Antunes Serra, Esmeraldo de Oliveira Cruz, Fernando Catarino Narciso, Sílvia Mota Lopes. -----

----- Faltou à reunião o Deputado Municipal António Paulo Quadrado Afonso. -----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciado e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Saldanha Serra (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Dias de Almeida. -----

----- Nelson Coelho (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Rosa Carvalho da Silva. -----

----- Rodrigo Mello Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal José Manuel Cal Gonçalves. -----

----- João Pessoa e Costa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António Tavares. -----

----- Rodrigo Moctezuma (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Fernando Catarino, por impossibilidade dos suplentes imediatamente a seguir na lista, João Martins Vieira e Gonçalo Melo de Sampaio, que comunicaram não poderem comparecer. -----

----- José Rodrigues (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal América Almeida Coelho. -----

----- Maria de Belém Roseira (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Pedro Biscaia Pereira. -----

----- Sérgio Cintra, Sousa Nascimento, João Pinheiro, Maria João Faria, Nuno Pintão, Maria José Falcão, André Garcia, Maria da Piedade Mestre, Helena Ribeiro, Patrícia Mourão, Maria Teresa Val de Matos, Maria Vitória de Melo, Carlos Poiares, Branca das Neves, Inês Drumond, Fátima Fonseca, Catarina Gambôa, Anabela Valente Pires, Fernando Gameiro e Pedro Lopes, todos Deputados Municipais suplentes do PS, pediram a suspensão do mandato por um dia. -----

----- Deolinda Machado (PCP), para os dias 3 e 4 de Dezembro, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Feliciano David. -----

----- Telmo Correia (CDS-PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Pedro Gonçalves Pereira. -----

----- Carlos Andrade (CDS-PP), Deputado Municipal suplente, comunicou não poder estar presente. -----

----- José Luís Ferreira (PEV), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Emília Cristina Serra. -----

----- João Gordo Martins (PEV), primeiro Deputado Municipal suplente, comunicou não poder estar presente. -----

----- Foram justificadas as faltas e admitidas as substituições dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Rui Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França, por Carlos Alberto Rebelo Costa. -----

----- Fausto Santos (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Campolide, por Filipe Botas. -----

----- Joaquim Fernandes Marques (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de São João de Brito, por Esmeraldo de Oliveira Cruz. -----

----- Joaquim Pires (PSD), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Engrácia, por Sílvia Mota Lopes. -----

----- Rosa do Egipto (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais, por Luís Jorge Mendes Silva. -----

----- Ermelinda Brito (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, por Rui Manuel Santos Matos Alves. -----

----- Lurdes Pinheiro (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estêvão, por Carlos Manuel Cardoso da Silva. -----

----- Vítor Agostinho (PCP), Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente de Fora, por António Adelino dos Santos. -----

----- Justificou a falta à primeira reunião do dia 27 de Novembro (acta 39) a Deputada Municipal Ana Bravo de Campos, do PSD. -----

----- Às 15 horas e 10 minutos, constatada a existência de *quorum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião, e depois de cumprimentar a Vereação, os Senhores Deputados Municipais, o público presente e os funcionários, abriu, nos termos regimentais, o período destinado à intervenção do público. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **A Sra. D. Fernanda Martins Guilherme**, moradora na Av. de Roma, n.º 79-2º dtº, 1700-344 Lisboa, disse que a nova sede da Junta de Freguesia de São João de Deus e também sede do Grupo Dramático Ramiro José, foi concluída há mais de ano e meio, mas as instalações continuavam encerradas, com grave prejuízo não só para o funcionamento da Junta de Freguesia, que assim era impedida de melhorar as condições de apoio aos residentes, como também para o desenvolvimento da colectividade referida. Muitos residentes já levantaram a questão na Assembleia de Freguesia, e responsabilizavam a Câmara Municipal por esse facto, no mínimo insólito. -----

----- Aliás, factos idênticos aconteceram com a piscina municipal do Areeiro, que durante décadas servira, e bem, a população, mas que se encontrava agora completamente destruída. -----

----- Disse que a abertura da nova sede da Junta de Freguesia de São João de Deus e do Grupo Dramático Ramiro José, era um problema que para os munícipes se esgotava no tempo e no espaço, pois não obtiveram até à presente data um real esclarecimento por parte da Câmara Municipal de Lisboa, facto que exigiam. -----

----- De resto, temiam que aquando da abertura do edifício da nova sede, o mesmo já necessitasse de obras de reparação, tal o desgaste que a sua não utilização tem provocado. -----

----- Referiu, por fim, que era à Câmara Municipal de Lisboa que competia a resolução imediata deste problema, que não só contribuía para o descontentamento dos munícipes como também para a degradação da cidade. Era uma situação escandalosa que urgia ser resolvida pelo Município. -----

----- **O Sr. José Manuel Oliveira**, morador na Rua Costa do Castelo, n.º 23, 1100-176 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “Depois da minha intervenção do passado dia 20, nesta Assembleia, onde tive a oportunidade de ser ouvido pelo Exmº Senhor presidente da Câmara e pelos Senhores Vereadores que integram o Executivo camarário e tendo visto aprovada, por maioria, a proposta desta Assembleia Municipal, que para além de recomendar a suspensão da ilegal ordem de despejo, no seu ponto 2 proponha ao Executivo camarário que abra negociações com a Companhia de Dança de Lisboa para ser encontrada uma saída digna para este processo. Ao contrário, adiam o despejo e pela calada da noite promovem o frio e premeditado assalto perpetrado contra o espaço/sede da Companhia, cuja encenador e interpretes não tiveram dúvidas em lançar mão de todo o tipo de calúnias e usando os ensinamentos especiais, utilizar a comunicação social. Começando pelo odioso ataque ao coração da CDL, o despejo dos equipamentos das suas salas de dança e essenciais à montagem cénica como, mais de 120 projectores, órgãos de luzes, som e vídeo. Para colocar a opinião pública a favor deste atentado visando a extinção da segunda mais antiga Companhia de Dança do País, é aproveitada a primeira oportunidade para afastar do local o Director da CDL. E usa, para além da deturpação sistemática da verdade dos factos, a lúgubre habitação do mendigo que a Companhia encontrou a ocupar o espaço que foi o Atelier da Costa do Castelo, de Carlos Botelho, e que por similitude com a nossa situação daí foi obrigado a sair em 1950 e desde a primeira hora propôs que o referido homem fosse para um lar. Nada mais soez de que após ordenar a demolição da porta/parede que separava este lugar da Residência da Companhia, o Director Municipal da Cultura dirige a operação para dessa maneira dar a ideia ser este espaço comum à referida residência. E são estas as imagens que as televisões e os jornais dão a o conhecer como sendo da Companhia de Dança de Lisboa. Ver local do “O Público” de 30-11-07, cujo título a seguir reproduzido confirma a finalidade da encenação preparada: -----

----- “No Palácio do Marquês de Tancos, a Polícia Municipal de Lisboa encontrou botijas de gás, instalações eléctricas precárias e salas atulhadas de lixo com um cheiro nauseabundo...” -----

----- Acontece que na zona de trabalho e habitação da CDL, havia higiene, assegurada diariamente por pessoal dedicado e quanto a botijas de gás, uma vez que este se

encontrava devidamente canalizado, as botijas foram colocadas no exterior, por razões de segurança. -----

----- A bem da verdade e no sentido de ficar claro que a Câmara Municipal de Lisboa não visa com esta medida extinguir a CDL pelo acréscimo de dificuldades com que a mesma se vem confrontando, em resultado deste acto e da ausência de regular apoio oficial desde 1995, apesar de ao fim de quatro anos ver proferido um acórdão que nos é favorável em resultado de um recurso junto do Supremo Tribunal Administrativo. ---

----- Nos termos da Recomendação da anterior reunião da Assembleia Municipal, de 20-11-07, esperamos ver limpo completamente o espaço que foi até 1950, residência e Atelier de Carlos Botelho e reposta a actividade da CDL em idênticas condições nos andares nobres do Palácio Marquês de Tancos, com início imediato das conversações com a Câmara, com a nossa garantia que sendo encontrado espaço alternativo aceitamos sair ou negociar um acordo com a Câmara que nos garanta prosseguir as nossas actividades e respeitar os nossos compromissos. -----

----- Nestas circunstâncias, só me resta solicitar à Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal que renove a recomendação ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo, para que nos ouça e negoceia connosco, e não nos trate como marginais ou pessoas sem qualidade, porque nós não estamos interessados noutra coisa que não seja dignificar a prestigiar a cidade.” -----

----- **O Sr. Artur do Patrocínio Palácios**, morador na Av. de Ceuta Norte, lote 7, 1ºB, Quinta do Loureiro, 1350-210 Lisboa, solicitou à Sra. Presidente o favor de mandar ler a sua exposição porque sendo invisual não o podia fazer, tendo então a Chefe de Divisão dos Serviços de Apoio, Dra. Cidália Marques, a pedido da Sra. Presidente, procedido à leitura da referida exposição, que tinha o seguinte teor: -----

----- “Escrevi um carta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. António Costa, no dia 19 de Setembro de 2007. Como não obtive resposta às nossas justas reivindicações na Avenida de Ceuta Norte/Quinta do Loureiro, no dia 31 de Outubro fui a uma reunião da Câmara para saber a razão porque não tinha obtido resposta. O Senhor Presidente da Câmara, Dr. António Costa, fez orelhas moucas e se não me respondeu à carta também não me respondeu na reunião da Câmara. -----

----- Aliás, a dita reunião foi divertida: parecia que os Senhores Vereadores nunca tinham falado da questão, mas por outro lado repetiam aquilo que eu ouço há vários anos. Apesar de tudo foi esclarecedor: pelo Sr. Vereador Pedro Feist (Lisboa com Carmona) fiquei a saber que foi ele que decidiu desviar o gimnodesportivo da Avenida de Ceuta para o Restelo, onde moram os seus amigos. Pela Sra. Vereadora Rita Magrinho (PCP) ficámos a saber que ninguém sabe do dinheiro do URBAN, um, dois ou três, quem sabe...?! E que esse dinheiro devia ser aplicado e não foi na área de intervenção do Casal Ventoso. Mas a Senhora Vereadora também está preocupada com a ginástica do pessoal e portanto propõe um gimnodesportivo em tamanho reduzido, um barracão para os pobrezinhos. -----

----- Ou seja não se assumem as responsabilidades das promessas não cumpridas; a responsabilidade do transvio do gimnodesportivo; nem se esclarece porque se insiste,

se for encontrado, em mandá-lo para o Restelo do Senhor Vereador Pedro Feist quando ele foi encomendado para a Quinta do Loureiro. -----

----- Argumenta-se que o Pavilhão não foi implantado porque se fizeram estudos que concluíram que passava uma conduta de esgotos no local. Mas essa desculpa, não lhe chamo razão, já eu a desfiz variadíssimas vezes sem resposta decente e aceitável: demonstrei que não passa nenhum colector no local apropriado para a implantação do gimnodesportivo. A Câmara recusa-se a constatar tal facto com os meios técnicos que tem à disposição. -----

----- Mas, já agora, é preciso pôr a seguinte questão: Então gasta-se um dinheirão no Pavilhão Gimnodesportivo e só depois é que se fazem os estudos que deviam ser prévios? Só aqui já há matéria mais que suficiente para se fazer um inquérito aos responsáveis por este processo ... com o Restelo no horizonte. E o relatório desse inquérito deverá revelar ainda o total desprezo a que foi votada uma questão tão importante como a da ETAR – essa não a quiseram no Restelo. -----

----- Sujeitaram uma população de dois milhares de pessoas a condições indecentes, a cheiros nauseabundos e doentios, quando os moradores vêm há anos a alertar para a situação e havendo meios técnicos para resolver a situação. A isto chama-se irresponsabilidade e desleixo. -----

----- Por que caminho vai seguir esta nova Vereação? Na reunião de Câmara o Senhor Presidente disse-me “muito bem, já percebemos”. Mas eu acho que não perceberam nada, porque ainda lá não vi sequer a equipa para a limpeza sanitária. E não admira, pois, lamentavelmente, a questão da limpeza e desinfestação foi apresentada pela Senhora Vereadora na reunião da Câmara como uma tarefa quase hercúlea e impossível de levar a cabo. Só quem conta com a impunidade é que pode assumir uma posição destas: trata-se de uma questão de saúde pública e ainda por cima é um trabalho que uma equipa bem constituída e bem apetrechada resolve de uma penada. --

----- Como eu disse ao Sr. Presidente da Câmara na carta que referi, a política seguida é: para quem é bacalhau basta (isto quando o bacalhau era comida de pobres, mas ficou o ditado para sempre). -----

----- Encanar a perna à rã, para quem é bacalhau basta, têm sido estas as traves mestras do comportamento da Câmara em relação às reivindicações mais que justas dos moradores da Avenida de Ceuta, Quinta do Loureiro. -----

----- E parece que continua. -----

----- A impunidade e a irresponsabilidade não podem continuar a pontificar na Câmara de Lisboa. -----

----- Para finalizar um apontamento sobre a cegueira de V. Exas quanto à importância do gimnodesportivo num bairro daquela natureza. Ou melhor ainda: todas V.Exas estão prontas para fazerem discursos de uma hora sobre a necessidade de dar uma alternativa aos jovens dos bairros sociais, a que também serão capazes de chamar guetos, que os tire da inacção e da droga e que lhes reforce o amor próprio com a alegria do desporto e da cultura. O tempo vai passando e o espaço imundo continua nas traseiras dos edifícios onde já lá deveria estar um ringue para os mais jovens

jogarem à bola e umas lombas para andarem de bicicletas. O que é absolutamente revoltante é que não mexam um dedo para tal. -----

----- Como querem que vos olhemos? -----

----- Junto a minha intervenção nos Paços do Concelho no dia 31 de Outubro, conjuntamente com a carta que antes escrevi ao Senhor Presidente da Câmara e ainda a transcrição da gravação em banda magnética da reunião da Câmara de 31 de Outubro.” -----

----- **O Sr. João Nuno de Carvalho Teixeira**, morador na Av. François Mitterrand, n.º 44 – 4º esqº, 1950 Lisboa, leu a seguinte exposição: -----

----- “O meu nome é João Nuno de Carvalho Teixeira, pertenço à Direcção Municipal de Projectos e Obras e sou um dos 127 avençados que recebeu carta de rescisão de contrato ao abrigo do saneamento financeiro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O Sr. Vereador dos Recursos Humanos, na entrevista publicada na CML, revista de Novembro de 2007, divulgou finalmente os critérios de selecção que estiveram na base das rescisões dos contratos de prestação de serviços e que passamos a transcrever: “Há dois tipos de critérios. Há o critério essencial que tem a ver com o tempo. Há pessoas que, pelo seu tempo na CML, não prefiguram ainda um contrato de trabalho. E, depois, há outras situações em que não é de interesse da Câmara manter esses contratos.”. -----

----- Subentende-se do critério tempo, que o Sr. Vereador dos Recursos Humanos considera que os avençados com mais de três anos mantêm uma relação de contrato de trabalho com a Câmara. -----

----- Vejamos então o que aconteceu na própria Direcção Municipal de Recursos Humanos, que encabeçou todo este processo: -----

----- A DMRH tem à data um total de 49 avençados. Número de rescisões efectuadas – 20. Total de contratos não denunciados – 29. -----

----- Dos 20 avençados cujos contratos foram rescindidos, 17 trabalham na Câmara há mais de 3 anos! Reforçando, apenas 3 se encontravam em vigor há menos de 3 anos. --

----- Dos 29 avençados cujos contratos não foram denunciados, 10 estão na CML há menos de 3 anos!!!! -----

----- Atendendo ao segundo critério enunciado pelo Sr. Vereador, que se prende com o facto de haver situações em que “não é do interesse da Câmara manter esses contratos,” questiona-se? -----

----- Será que os 17 avençados que trabalham na Câmara há mais de 3 anos, e alguns há mais de 5 e 7 anos, eram todos de pessoas que a Câmara não tem interesse em manter? E porquê? -----

----- Vejamos agora o que aconteceu na minha Direcção Municipal: -----

----- A DMPO tem à data um total de 26 avençados. Número de rescisões efectuadas – 6. Total de contratos não denunciados – 20. -----

----- Dos 6 avençados cujos contratos foram denunciados, 5 trabalham na Câmara há mais de 3 anos, ou seja, apenas 1 está há menos de 3 anos. -----

----- Dos 20 avençados cujos contratos não foram denunciados, 4 estão na Câmara há menos de 3 anos. -----

----- Por ultimo vejamos o caso da Direcção Municipal da Cultura: -----  
----- A DMC tem à data 104 avençados. Número de rescisões efectuadas – 2. Total de contratos não denunciados –102. -----  
----- Dos 2 avençados cujos contratos foram denunciados apenas 1 trabalha na Câmara há mais de 3 anos e o outro está há menos de 3 anos. -----  
----- Dos 102 avençados cujos contratos não foram denunciados, 43 estão na Câmara há menos de 3 anos!!! -----  
----- Com esta análise ficam uma série de dúvidas e questões para as quais ainda não se obteve qualquer tipo de resposta. -----  
----- Qual o critério para não rescindir contratos com avençados com menos de 3 anos de casa? Quem são eles? Que interesses ou motivos estão por detrás deste desvio ao critério do Sr. Vereador? -----  
----- Ou será que não havia interesse em atender a quaisquer critérios? E mais uma vez a arbitrariedade e a falta de transparência deste processo permitiu que prevalecessem as escolhas pessoais e se “protegesse” quem se queria? -----  
----- Estamos em crer, Sr. Vereador, que perante esta evidência V. Exa. tomará as medidas adequadas à reposição da transparência e ao respeito pelo princípio da legalidade. -----  
----- Eu a par dos meus colegas do DCCH fui considerado imprescindível pela minha chefia, por isso termino citando o Exmo. Sr. Vereador dos Recursos Humanos na última reunião de Câmara, ... “eu não gosto de ser empurrado”. -----  
----- Bem haja a todos.” -----  
----- **A Senhora Presidente** agradeceu a intervenção e disse que a Assembleia Municipal não deixaria de seguir de perto toda essa situação. -----  
----- **O Sr. João Casal Ribeiro Cabral**, morador na Av. 5 de Outubro, n.º 63 – 2º esqº, 1050-048 Lisboa, disse que a razão da sua intervenção tinha a ver com a questão central para debate nesta reunião, concretamente o Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, matéria importante para todos os cidadãos. -----  
----- Referiu que estava na ordem do dia na Cidade de Lisboa, e perpassava para o País dada a importância da capital, a questão da aprovação do empréstimo de 500 milhões de euros para viabilizar o normal funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa. Em Julho de 2007 participara num debate com os candidatos à presidência da Câmara Municipal e escrevera algumas ideias para a viabilização do saneamento financeiro da Câmara, que foram publicadas no Diário de Notícias de 7 de Julho. -----  
----- Agora era altura de fazer um balanço dos quatro meses que passaram desde a eleição, e após a análise que fizera, e esperava que todos os presentes que tivessem responsabilidades também a tivessem feito, tinha a dizer que era verdade que foi elaborado o Plano de Saneamento Financeiro e que foi apresentado e aprovado em Sessão de Câmara, em Novembro, era verdade que esse plano fazia parte de outro plano de saneamento financeiro a médio prazo, 2008/2012, que julgava que também tinha sido aprovado. Era verdade que as facturas a fornecedores tinham que ser pagas, cujo valor global ascendia a 348 milhões de euros, por uma questão de equilíbrio



económico da cidade, e de honra, já sem falar do risco da Câmara Municipal ficar sem os bens e serviços básicos essenciais ao seu funcionamento. -----  
----- Portanto, à primeira vista, até parecia que o Dr. António Costa tinha razão nos seus argumentos. No entanto, após a leitura do plano, via-se que havia questões ocultas que deviam ser explicadas. -----  
----- Desde logo, como era possível ter-se deixado acumular 110 milhões de euros de incobráveis? Como era possível as provisões terem aumentado 80 milhões de euros de Dezembro de 2006 para 183 milhões até Julho de 2007? Havia duas rubricas importantes, os juros de mora a fornecedores que se elevavam a 37 milhões de euros, e o valor dos processos judiciais que se elevavam a 87 milhões. -----  
----- Face às contas de exploração em 31 de Julho, em que o saldo estrutural se elevava a menos 172 milhões de euros, não era credível a previsão do fecho de contas de 2007 com um saldo de apenas 32 milhões de euros. -----  
----- Havia uma intenção de reduzir a despesa estrutural, mas com a previsão dos saldos estruturais a cinco anos, em 2012 só seria possível amortizar, com os resultados, um quarto dos empréstimos bancários. Ou seja, 260 milhões de euros. -----  
----- Não se percebia por que era que o Plano de Saneamento Financeiro não contemplava o plano de reembolso dos avultados empréstimos que, após a aprovação do empréstimo dos quinhentos milhões de euros, se elevaria a 977 milhões de euros. --  
----- Por outro lado, também não era explicado por que era que o serviço da dívida aumentava a partir de 2009, ano em que deveria começar a ser amortizada. Mesmo em 2008 não se percebia porque era que aumentava 22 milhões de euros, quando a justificação do empréstimo era para reduzir, a cerca de metade, os juros de mora a pagar a fornecedores. Aliás, se considerassem uma taxa de 5% para juros, vezes os 977 milhões de euros, teriam um valor de 48 milhões de euros, e o que era um facto é que estavam inscritos 88 milhões. -----  
----- Disse que a previsão das receitas estruturais, até 2012, era demasiado cautelosa com o crescimento de apenas 5% ao ano. Mesmo tendo em conta o fraco crescimento económico, na ordem dos 2% ao ano segundo o plano do Governo, então não seria espectacular que com a actualização dos valores patrimoniais dos imóveis o IMI não viesse a ter uma receita muito maior? E igualmente era legítimo esperar um aumento considerável do IMT. -----  
----- Quanto às empresas participadas, disse que era inadmissível que empresas como a EMEL ou a EPUL não dessem um contributo significativo para as receitas da Câmara, porque todas as empresas privadas nas áreas da exploração de parques de estacionamento e de urbanização tinham sempre bons resultados. -----  
----- Referiu, ainda, que dava a ideia que o Plano de Saneamento Financeiro de 2007 a 2012 não foi feito com o devido rigor, como também dava a ideia que a oposição não o analisara devidamente pois estas e outras questões deveriam ter sido levantadas na altura da discussão em Sessão camarária, mas ainda iam a tempo da discussão do plano para 2008 e anos seguintes. Não havia dúvida que para equilibrar as contas de exploração, era necessário reduzir as despesas correntes, o que estava previsto no

plano, mas principalmente aumentar as receitas, o que era muito pouco ambicioso no plano face ao enquadramento fiscal actual. -----

----- Também não havia dúvida que era necessário que os serviços fossem mais eficientes, o que geraria mais receitas e menos despesas com incumprimentos. Era fundamental que o Executivo se comprometesse com um plano de amortização da dívida, com os *superávits* resultantes da exploração do plano. Era normal que a Câmara Municipal tivesse património não necessário, não produtivo, ou dispensável à edibilidade. -----

----- A terminar, disse que o Dr. António Costa tinha vários desafios importantes à sua frente: fazer acreditar que iria resolver a situação difícil da Câmara; mobilizar os funcionários e até os cidadãos num objectivo grande para Lisboa; transformar Lisboa numa cidade agradável, moderna, atraente, económica e socialmente sustentável, que se preocupasse e fosse solidária com os mais desfavorecidos; mostrar que a Câmara Municipal de Lisboa era um exemplo de boa governação para as outras autarquias e até para as outras capitais da Europa. -----

----- **A Senhora Presidente**, depois de agradecer a intervenção dos munícipes, deu o período de intervenção do público por encerrado declarando aberto o período de Antes da Ordem do Dia -----

----- **ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **A Senhora Presidente** informou que tinham três moções e oito recomendações, já distribuídas, para apreciação e votação. -----

----- **MOCÃO NÚMERO UM** -----

----- “Desde a apresentação do plano de saneamento financeiro, que incluía como peça importante o empréstimo em discussão, o CDS-PP tem assumido uma posição que voltamos a recordar. -----

----- A consolidação das dívidas a curto prazo é um instrumento relevante para o bom funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa mas, por si só, não garante a salvação económico-financeira do município. -----

----- Para tal, é absolutamente necessário a reestruturação da despesa e da capacidade de gerar receita da CML, o que apenas se obtém com uma profunda reestruturação do funcionamento e da utilização dos recursos camarários. -----

----- Esta questão será, como temos vindo a afirmar desde o início, objecto de discussão em sede de orçamento. -----

----- A viabilização da proposta do empréstimo cria a este executivo uma enorme responsabilidade política, no sentido de o utilizar, exclusivamente, para o pagamento de dívidas de curto prazo da responsabilidade dos anteriores executivos. -----

----- A Assembleia Municipal de Lisboa em geral, e o CDS-PP em particular, não se eximirá de exercer as suas competências enquanto órgão fiscalizador da acção do executivo. -----

----- O desafogo financeiro que resulta da utilização do empréstimo, permitirá que a Câmara Municipal possa resolver um conjunto de problemas prioritários para os munícipes e que, no nosso entender, são: -----

----- - O grave estado de degradação do espaço público, em particular as vias pedonais e rodoviárias; -----

----- - As carências de iluminação pública, com graves impactos na segurança dos munícipes; -----

----- - O abandono da manutenção dos espaços verdes; -----

----- A diminuição drástica na qualidade na limpeza da cidade. -----

----- Assim, a Assembleia Municipal solicita à Câmara Municipal que se comprometa a reforçar os meios disponíveis para a resolução dos problemas supra citados, bem como a disponibilizar, trimestralmente, informação relevante para a fiscalização da utilização do empréstimo.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **MOCÃO NÚMERO DOIS** -----

----- “Considerando que o Jardim do Campo Grande um dos ex-libris da Cidade de Lisboa se encontra num estado deplorável e perigoso, facilitando a insegurança de quem por lá passa; -----

----- Considerando que um dos grandes problemas com que a cidade se debate é a falta de estacionamento, havendo no chamado “Bairro das Caixas” amplos espaços totalmente abandonados votados a serem autênticas lixeiras a céu aberto; -----

----- Considerando que no Bairro FONSECAS e Calçada não existem barreiras acústicas junto à 2ª Circular, prejudicando os moradores com o ruído constante do movimento rodoviário na zona, havendo-as no outro lado (Telheiras); -----

----- Considerando o estacionamento caótico que se verifica na Av. do Brasil, entre a Av. de Roma e o Campo Grande, sendo esta artéria uma das entradas e saídas da cidade. -----

----- O Grupo Municipal do Partido Social Democrata vem propor que a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida no dia 4 de Dezembro de 2007 delibere: -----

----- Solicitar à CML: -----

----- 1 – Que intervenha, com soluções prioritárias para a requalificação do Jardim do Campo Grande; -----

----- 2 – A sua rápida intervenção no aproveitamento dos logradouros traseiros do chamado “Bairro das Caixas”; -----

----- 3 – A colocação de barreiras acústicas na 2ª Circular junto ao Bairro FONSECAS e Calçada; -----

----- 4 – Que crie zonas de estacionamento em espinha, na Av. do Brasil, no troço compreendido entre a Av. de Roma e o Campo Grande.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Valdemar Salgado, do PSD) -----

----- **MOCÃO NÚMERO TRÊS** -----

----- “Considerando que: -----

----- À semelhança do novo regime de vínculos, carreiras e remunerações para a função pública, há outras medidas do Governo igualmente gravosas para a vida dos trabalhadores e das populações, cuja concretização tem sido impedida pela luta, como são exemplo: -----

----- - O diploma relativo à mobilidade especial, em que o Governo tinha previsto passar para aquele regime, entre 30 a 35 mil trabalhadores até ao fim deste ano mas apenas

cerca de mil estão naquela situação, sendo que 3 destes trabalhadores irão ser reintegrados nas funções que sempre desempenharam por ordem do tribunal; -----  
----- - A supressão de muitos postos de trabalho, que o Governo não conseguiu concretizar; -----  
----- - A actualização salarial anual que o Governo pretendia acabar e que é obrigado a manter para todos e não apenas para os avaliados com “excelente” ou “muito bom”. -----  
----- O Governo se mostra intransigente no que toca aos aumentos salariais, tentando impor percentagens que confirmam a perda do poder de compra, já registada em anos anteriores; -----  
----- O Governo pretende fazer entrar em vigor um novo sistema de avaliação de desempenho que não é mais do que um instrumento de coacção dos trabalhadores: -----  
----- O Governo se prepara para destruir o vínculo público e os sistemas de carreiras e remunerações. -----  
----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 4 de Dezembro de 2007 delibera: -  
----- Saudar os trabalhadores da Função Pública pela grandiosa greve geral realizada no dia 30 de Novembro, convocada por todas as organizações sindicais da Administração Pública, cuja luta e determinação irão contribuir para evitar a destruição do sector público cujos serviços são essenciais ao País e às populações.” -----  
----- (Subscrita pela Deputada Municipal Ana Páscoa Baptista, do PCP) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO UM**

----- “1. Tendo em vista a obrigação para as Freguesias, que decorre da Lei vigente, em convocar as competentes Assembleia de Freguesia para apreciação e votação do Orçamento para 2008 e outros instrumentos complementares, durante o mês de Dezembro p.ºf.º e a inerente necessidade de preparação e execução prévia desses mesmos instrumentos; -----  
----- 2. Tendo também em consideração que em anterior sessão da Assembleia Municipal de Lisboa ficou aprovada a Proposta da Câmara Municipal de Lisboa para prorrogar a vigência dos Protocolos de Delegação de Competências da Câmara nas Juntas de Freguesia, mas tal apenas até à conclusão do presente ano civil; -----  
----- 3. Dado que as Juntas de Freguesia se organizaram para dar cumprimento aos compromissos assumidos nesses Protocolos ao longo de todo o presente Mandato Autárquico, mobilizando para o efeito os meios humanos necessários aos meios materiais transferidos e a transferir pela Câmara; -----  
----- 4. Visto não ser legalmente admissível orçamentar as operações inerentes a essas delegações de competência, relativas a acções sociais de cooperação com Colectividades Locais, de actividades em Escolas e apoio às Famílias e outros, sem conhecimento prévio do âmbito e qualidade das mesmas delegações, devido a evidentes considerações de cabimentação orçamental, levando à eventual necessidade de dispensa de elevado número de técnicos, colaboradores, monitores e outros prestadores de serviços em todas as Juntas de Freguesia da cidade de Lisboa, com elevado prejuízo próprio e para os Municípios. -----

----- Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa reunidos em Sessão Extraordinária de 04 de Dezembro de 2007, deliberam recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Até ao fim da primeira semana de Dezembro corrente, informe as Juntas de Freguesia de Lisboa de quais as Delegações de Competência que a Câmara irá celebrar para o remanescente do Mandato Autárquico; -----

----- 2. No mesmo prazo, quantifique de forma absoluta ou pelo menos relativa aos anos anteriores, as verbas que virão a ser movimentadas para esses fins sociais; -----

----- 3. Na quantificação desses montantes tenha em consideração a perda aquisitiva por razões inflacionárias.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais João Magalhães Pereira e João Mesquita, do PSD) -----

### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO DOIS** -----

----- Canil/Gatil Municipal de Lisboa -----

----- “Segundo os art. 5º e 6º da Declaração Universal dos Direitos dos Animais, “todo o animal pertencente a uma espécie que viva tradicionalmente em contacto com o homem, tem o direito a viver e a crescer ao ritmo das condições de vida e liberdade que sejam próprias da sua espécie”, sendo o “abandono de um animal um acto cruel e degradante”. -----

----- A Associação Acção Animal fez chegar aos Grupos Municipais e à Câmara Municipal de Lisboa, um conjunto de preocupações relativas ao Centro de Recolha Oficial de Lisboa. -----

----- Sendo o Canil/Gatil Municipal de Lisboa o maior do País, e tendo, durante o ano de 2006, recebido em média 10 novos animais por dia, conclui-se que as campanhas de adopção e de voluntariado em relação a este espaço são escassas, fracas e insuficientes. -----

----- A gestão do espaço é preocupante, não só devido ao facto de o número de abandono de animais domésticos ter vindo a subir ao longo dos anos, como também por as medidas previstas para o Canil/Gatil Municipal de Lisboa ficarem muito aquém do que é necessário para permitir alguma qualidade de vida aos animais que ali ficam alojados. -----

----- Aquando uma visita efectuada pelo Partido Ecologista “Os Verdes” ao canil no dia 18 de Janeiro do corrente ano, foi assegurado que uma nova área do canil, na altura ainda em construção, estaria funcional em Março de 2007, situação que se não veio a verificar. -----

----- Ora, considerando que o espaço para os cães existentes no canil (65) é exíguo, e esse novo local permitiria aumentar a capacidade para mais 25 canídeos, não é compreensível que as obras se encontrem paradas e sem data prevista para o seu reinício. -----

----- Considerando que os gatos também não têm melhor espaço, pois as gaiolas estão sobrelotadas, não existindo espaços com areia, essenciais às necessidades fisiológicas destes animais. -----

----- Considerando, finalmente, que a formação dos tratadores e apanhadores do Canil/Gatil Municipal de Lisboa é fundamental para assegurar o bem-estar dos animais que ali permanecem. -----

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1. Sejam rapidamente retomadas e concluídas as obras de ampliação do canil e, enquanto estas não forem concluídas, seja assegurada a limpeza diária do local existente, com o arejamento das instalações onde estão os animais, uma vez que as condições actuais ficam muito aquém dos mínimos de higiene dos animais e das instalações. -----

----- 2. Sejam desenvolvidas campanhas de sensibilização pública e de educação de crianças e jovens, mais activas e frequentes, conducentes à adopção dos animais do Canil/Gatil pelos munícipes. -----

----- 3. Sejam realizados acordos e protocolos com outras instituições, tendentes a uma maior participação de voluntários no Canil/Gatil. -----

----- 4. Sejam rapidamente colocados ao dispor dos gatos areia e arranhadores para que os seus instintos e bem-estar não venham a ser mais prejudicados. -----

----- 5. Assegure que todos os animais que entram no Canil/Gatil sejam nessa altura vacinados e desparasitados e não apenas quando são adoptados, uma vez que têm ocorrido mortes de alguns animais por doenças infecto-contagiosas. -----

----- 6. Assegure que os funcionários que lidam directamente com os animais tenham formação adequada ao bom desempenho das suas funções. -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

### ----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO TRÊS** -----

#### ----- Utilização de papel reciclado -----

----- “O processo de fabrico de papel tem graves impactos ambientais no consumo de árvores, água e energia. São necessárias cerca de 2 a 3,5 toneladas de árvores para fazer uma tonelada de papel, uma grande quantidade de água e de energia. -----

----- Considerando as elevadas quantidades de papel que a Câmara Municipal de Lisboa e os seus diversos órgãos e serviços consomem diariamente, e considerando que é possível evitar e/ou reduzir estes impactos ambientais através da generalização da utilização de papel reciclado. -----

----- Considerando que é extremamente importante a utilização do papel reciclado, pela consciencialização ambiental, pela responsabilidade de cidadania consciente e pela redução de consumos das matérias-primas e de energia. -----

----- Considerando que a qualidade do papel reciclado tem vindo a evoluir muito nos últimos anos, assim como os meios técnicos - impressoras, fotocopiadoras, faxes, etc - , permitindo acabar com algumas barreiras na utilização deste tipo de papel, tornando inofensiva a sua utilização a nível de qualidade e tempo de trabalho, tal como demonstra a experiência na Assembleia da República que, desde há dez anos, utiliza exclusivamente papel reciclado. -----

----- Considerando, por fim, que o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” apresentou, nos anos de 1995, 2002 e 2006, recomendações sobre a adopção do uso de papel reciclado mas, até à data, esta medida não foi implementada, tendo como consequência o contributo do município para o agravamento dos impactos ambientais. --

----- Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista “Os Verdes”, recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que: -----

----- 1 - Proceda à aquisição de papel reciclado e à sua crescente utilização nos diversos serviços, nomeadamente em actas, propostas, convocatórias, envelopes, boletins e demais materiais e documentos; -----

----- 2 - Proceda a uma vasta campanha de informação e sensibilização junto dos departamentos camarários, explicando as vantagens da adopção do papel reciclado.” -----

----- (Subscrita pelos Deputados Municipais Sobreda Antunes e Cristina Serra, do PEV) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO QUATRO**

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38.º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - Iremos entrar em mais uma época de Inverno. -----

----- - As primeiras chuvas de Novembro provocaram problemas na cidade. -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa não preparou os meios para evitar tais problemas.

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que, de imediato, providencie no sentido de: -----

----- 1. Proceder à limpeza de todas as sargetas e meios de escoamento das águas. -----

----- 2. Executar obras de alterações nas vias em que se constatou a existência de problemas com o escoamento das águas. -----

----- 3. Garantir, em caso de necessidade, a intervenção imediata de equipas com vista à regulação da circulação e diminuição dos efeitos da acumulação de águas.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

#### **RECOMENDAÇÃO NÚMERO CINCO**

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - A Avenida Casal Ribeiro tem o seu pavimento em profundo estado de degradação, provocando perturbação na circulação rodoviária. -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa não tem efectuado qualquer intervenção no sentido de resolução do problema. -----

----- - A via em causa, está situada no centro da cidade, por onde circulam, diariamente, milhares de veículos. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que proceda à repavimentação da Av. Casal Ribeiro. -----

----- Deve ser dado conhecimento desta recomendação à Junta e Assembleia de Freguesia de São Jorge de Arroios.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SEIS** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - Todas as vias de trânsito do Bairro Lopes, na Freguesia de São João, se encontram em profundo estado de degradação. -----

----- - A Câmara Municipal de Lisboa apenas tem efectuado, ao longo dos anos, intervenções pontuais e de pouco efeito. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que proceda à repavimentação da Rua Sousa Viterbo, da Rua Lopes, da Rua Adolfo Coelho, da Rua David Lopes e do Alto do Varejão. -----

----- Deve ser dado conhecimento desta recomendação à Junta e à Assembleia de Freguesia de São João.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO SETE** -----

----- “Os Deputados da Assembleia Municipal de Lisboa, eleitos pela lista do CDS-Partido Popular, vêm, ao abrigo do disposto no Art.º 38º, n.º 1, alínea f) do Regimento deste órgão, apresentar a presente recomendação à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Considerando que: -----

----- - É notória a degradação dos espaços verdes da cidade. -----

----- - Não existe manutenção dos pequenos espaços verdes, nem conservação dos maiores jardins da cidade. -----

----- - Há muito que está prevista a recuperação de vários espaços verdes de Lisboa, como é o caso do Jardim do Campo Grande, do Jardim Cesário Verde, do Jardim da Praça Paiva Couceiro e do Jardim da Praça de Londres (parte central), sem que tal tivesse sido executado. -----

----- Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que deverá, num curto espaço de tempo, actuar no sentido de: -----

----- 1. Garantir a manutenção e conservação dos pequenos espaços verdes dispersos pelas freguesias da cidade. -----

----- 2. Dar início à execução dos projectos pendentes para requalificação, recuperação ou melhoramento dos grandes espaços verdes de Lisboa.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Rui Roque, do CDS-PP) -----

----- **RECOMENDAÇÃO NÚMERO OITO** -----

----- “Atendendo a que: -----

----- 1. Que a comunicação social se tem referido, detalhadamente, à construção de um imóvel na esquina formada pelas ruas Alexandre Herculano e do Salitre; -----



----- 2. Que, pelas imagens divulgadas, independentemente da qualidade formal do projecto, o edifício apresenta uma volumetria que faz imaginar graves consequências para o estacionamento e a circulação da zona; -----

----- 3. Que a implantação do edifício vai agravar as condições de uso da Sinagoga de Lisboa, que uma norma segregacionista e anacrónica impediu ter acesso para o espaço público e que o espírito de tolerância do povo hoje repudia; -----

----- 4. Que a construção do edifício destrói a imagem-memória do sítio, implica a deslocalização de um equipamento de interesse social e confronta-se, pela sua presença, com o Chafariz do Rato, elemento singular da paisagem urbana da zona. ----

----- Face ao exposto, e dentro das suas atribuições de fiscalização, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua reunião extraordinária de 4 de Dezembro de 2007, delibera: -----

----- 1. solicitar ao Executivo Municipal o envio de documentação à Comissão de Urbanismo e Mobilidade informando sobre: -----

----- - os elementos do projecto que permitam ajuizar da implantação e volumetria do referido edifício; -----

----- - a fase de decisão do processo; -----

----- - a inserção de eventuais decisões nos instrumentos eficazes de planeamento para a zona; -----

----- - a existência de compromissos, formalizados ou anunciados, com valor moral perante a Comunidade Israelita de Lisboa sobre a matéria. -----

----- 2. Recomendar à Câmara Municipal que leve em consideração o parecer e eventuais recomendações desta Comissão.” -----

----- (Subscrita pelo Deputado Municipal Silva Dias, do PCP) -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que hoje era um dia de grande animação, como se via pelas bancadas da imprensa e do público, e era bom que isso acontecesse para que os *media* tivessem mais atenção àquilo que se passava na Cidade de Lisboa e na sua Assembleia Municipal. -----

----- Avisou que se ia referir algumas das moções e recomendações que foram apresentadas, e alguns companheiros seus falariam depois de outras, nomeadamente em relação àquelas que subscreviam. -----

----- Assim, começou por dizer, em relação à Moção n.º 1, subscrita pelo CDS-PP, que ela fazia alguma confusão entre aquilo que estava em discussão, e que naturalmente seria ali o problema mais relevante desta reunião, e aquilo que eram os problemas concretos da cidade. Não viam que uma coisa lidasse com a outra e, por isso, a votação do PSD iria ser de abstenção. -----

----- Sobre a Moção n.º 3, do PCP, disse que a esquerda naturalmente iria votar a favor, como era hábito, mas o PSD, também como era hábito, iria votar contra a greve. Portanto, a Moção não iria passar, mas a esquerda não deixaria de votar a favor porque saudava sempre esse tipo de actividades. -----

----- Quanto à Recomendação n.º 2, sobre o canil municipal, disse que era uma preocupação importante que o PEV salientava. Era um problema que se vinha arrastando há muitos anos, era um problema daqueles que muitas vezes já ali havia

sido levantado e nunca foi resolvido, um problema que não era deste mandato mas que vinha de há vários mandatos atrás. O PSD iria votar a favor e fazia votos que essa Recomendação tivesse eco no Executivo de forma a que se desse uma solução adequada ao problema. -----

----- Relativamente à Recomendação n.º 3, também do PEV, sobre o papel reciclado, disse que eram recorrentes as vantagens que se tinham com a utilização desse tipo de papel, pelo que também iriam votar a favor. -----

----- No tocante à Recomendação n.º 4, do CDS-PP, disse que o PSD iria votar a favor porquanto era uma medida correctiva absolutamente necessária para que não houvesse problemas com as inundações. -----

----- Em relação à Recomendação n.º 8, do PCP, sobre o edifício previsto para a esquina das ruas Alexandre Herculano e do Salitre, disse que se tratava de um problema que o PSD iria votar a favor e também recomendava a sua baixa à Comissão de Urbanismo e Mobilidade da Assembleia Municipal. Na Comissão têm emitido opinião sobre problemas que na área do urbanismo e da mobilidade que se têm colocado à cidade, e também sobre este se debruçaria. Aliás, através da Sra. Presidente já solicitaram uma audiência aos Senhores Vereadores que tinham a responsabilidade da mobilidade e do urbanismo, para com eles aferirem aquilo que eram os seus objectivos, os seus problemas e as suas carências. -----

----- Lembrou que, no mandato anterior, a Comissão opinara e elaborara relatórios sobre a Av. Infante Santo, sobre o Palacete Ribeiro da Cunha, sobre a António Maria Cardoso, sobre a Baixa-Chiado, desses relatórios ainda não viera nada à Assembleia mas esperava que viessem ou que fossem agregados ou reconduzidos numa perspectiva diferente, eventualmente. -----

----- Também estavam muito preocupados com o PDM, gostariam que todo o trabalho que foi feito em volta desse grande instrumento de gestão da cidade não se perdesse, que continuasse numa dinâmica cada vez melhor, e estavam também disponíveis para dar o apoio que fosse necessário ao Sr. Vereador Manuel Salgado nessa matéria. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, no uso da palavra, referiu que ia falar essencialmente da Recomendação n.º 1, do PSD, que dizia respeito ao protocolo com as Juntas. -----

----- Disse que o PS iria votar a favor, no entanto a Recomendação parecia-lhes um pouco extemporânea na medida em que recebera no dia 19, e pensava que todos os Presidente de Junta receberam também, um ofício do Sr. Vice-Presidente da Câmara, que tem a competência do relacionamento com as Juntas de Freguesia, informando da cerimónia da assinatura dos protocolos relativos ao período de Agosto a Dezembro de 2007, e que acrescentava depois o seguinte: -----

----- “Aproveito ainda para informar, no âmbito da Proposta de Orçamento para 2008, e não obstante as actuais condições financeiras do Município, que requerem um Orçamento de grande rigor e contenção, que estamos a prever uma transferência de verbas para as Juntas de Freguesia do concelho em montante idêntico ao transferido no ano de 2007. -----

----- Nesse sentido, solicito que V. Exa. me transmita quais os protocolos que pretende vir a manter, bem como o interesse em novas áreas que pretenda virem a ser contempladas.” -----

----- Disse que já respondera relativamente a essa questão, e esperavam, os Presidentes de Junta do PS e certamente todos os Presidentes de Junta que tinham como obrigação satisfazer os mais pequenos problemas, que por vezes eram grandes, da população, que fosse possível manter essas verbas. Portanto, que fosse possível que esta Recomendação pudesse ser acolhida pela Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra, começou por solicitar que na Recomendação n.º 8, que apresentaram, onde se lia “ruas Braancanp e do Salitre” se passasse a ler “ruas Alexandre Herculano e do Salitre”. ----

----- Quanto aos documentos apresentados para apreciação e votação neste período, disse que o PCP ia votar favoravelmente todas as moções e recomendações, apenas tinham dúvidas em relação à Recomendação n.º 1, apresentada pelo PSD, porque havia um prazo no n.º1 que era impossível de cumprir, para além de outros aspectos que conviria definir melhor, e se o PSD o fizesse também a votariam favoravelmente. -

----- Disse, depois, que desde muito cedo, na Assembleia Municipal, houve a previsão de realizar este ano uma sessão sobre o problema do aeroporto de Lisboa. Todos sentiam a necessidade de a Assembleia Municipal se pronunciar atempadamente, antes de uma decisão do Governo. Deviam tomar posição em defesa dos interesses da cidade, até porque havia indícios de expectativas crescentes quanto à futura ocupação dos terrenos do actual aeroporto. -----

----- Poderia ser um centro tecnológico avançado, dizia Fonseca Ferreira, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -

----- Seria uma zona verde, ou com características ambientais, dizia já o Presidente da Câmara de Lisboa. -----

----- Os interesses eram grandes e estavam despertos. Olhando de forma mais ampla para Lisboa, viam como esses interesses estavam já fixados nos terrenos do IPO. Nessa questão do IPO a posição do PCP continuava a ser a que já propuseram e defenderam, como preferencial. -----

----- Era possível modernizar o IPO construindo por fases, no actual território. Isso defenderia os interesses dos doentes, das populações, e travaria futuras especulações e negócios. -----

----- Entretanto, alguns iam preparando o clima também para a extinção dos hospitais de São José, dos Capuchos e de Curry Cabral. -----

----- Lisboa parecia estar a caminho de novos ataques ao seu território. Tudo isso acenando com o Hospital de Todos-os-Santos, na zona oriental, a solução para todos os males e remédio bendito para os especuladores. -----

----- Numa cidade envelhecida, com dificuldades extremas de transportes e de mobilidade, a população ficaria mais prejudicada. -----

----- As ameaças eram grandes. Por isso, na questão do aeroporto de Lisboa, deviam analisar a situação. Ou então, quando quisessem levantar a voz, já as decisões estariam tomadas. -----

----- E isso não era o que defendiam, pelo que propunham que a Mesa da Assembleia Municipal e a Comissão Permanente de Urbanismo avançassem rapidamente para a realização de uma iniciativa que os dignificasse e defendesse os interesses da cidade. -

----- O modelo de debate que definiram, antes das férias, foi o de decorrer durante um dia. De manhã, haveria intervenções de técnicos convidados, o PCP indicara nomes, como lhes foi pedido pela Mesa. De tarde, seriam os eleitos, as forças políticas representadas na Assembleia a intervir, com a participação da Câmara Municipal, como sempre acontecera. -----

----- Recordou que, em Novembro, colocaram na Conferência de Representantes essa questão da necessidade de o debate se realizar até ao fim do ano. Segundo informou a Senhora Presidente, havia uma proposta da Comissão de Urbanismo para realização de um seminário. -----

----- No entendimento do PCP, a Assembleia Municipal não podia ficar silenciosa face a todas essas grandes e pequenas manobras em torno da questão do aeroporto. As jogadas eram inúmeras e os tabuleiros também. As propostas e hipóteses eram à meia-dúzia! O Porto tomava posição e até um empresário de Coimbra que, afinal, seria da Marinha Grande ou de Leiria, vinha defender a sua dama. -----

----- Para quando uma tomada de consciência e de posição por parte do Município? O PCP, pela sua parte, estava disponível para o debate e para a tomada de medidas que viessem a ser entendidas como favoráveis à cidade. -----

----- Não adiantavam soluções. Isso teria de sair do cruzamento de ideias e de propostas. Era isso que se impunha, e com urgência, para defesa e projecção dos interesses de Lisboa no contexto da Área Metropolitana e do País. -----

----- Mas se era verdade que quanto à futura localização do aeroporto de Lisboa ainda não era visível que o Governo e o chamado “Bloco Central” tivessem acertado agulhas, já o mesmo não se poderia dizer quanto a outras áreas de decisão, essas, sim, de importância estratégica fundamental para o modelo político-institucional e para o processo democrático. -----

----- E, assim, sucediam-se os pactos. -----

----- Ele era o pacto para a justiça, que sofrera generalizada contestação e que, desde logo, começara a produzir os efeitos eventualmente pretendidos por quem assinara esse pacto. -----

----- Ele era o pacto para revisão da lei eleitoral para as autarquias locais, em que PS e PSD pareciam ter já chegado a acordo. Aliás, acordo que testemunhava bem, perante o País, a profunda identificação de propósitos e de concepções políticas que caracterizavam os dois partidos e que mostravam à sociedade a encenada atitude do PSD para se apresentar como oposição à comprovada política de direita levada a cabo pelo PS. -----

----- E a verdade era que as alterações agora acordadas pelo “Bloco Central” não correspondiam a qualquer dificuldade ou bloqueio do actual sistema eleitoral, na governabilidade das Câmaras Municipais. Ao contrário, o acordo parecia induzir uma inaceitável tentativa de alcançar na secretaria aquilo que a vontade das populações e dos eleitores não permitiria. -----

----- A ser aprovada esta nova orientação, ela representaria um muito sério desrespeito pela legítima vontade popular. E não deixava de ser interessante ali referir, que aqueles que repetiam hinos à participação dos munícipes, leia-se orçamentos participativos, reuniões de Câmara descentralizadas, etc., eram exactamente os mesmos que pretendiam negar, logo à partida, o simples e inalienável direito de, com o seu voto, os eleitores poderem escolher aqueles que melhor os representassem. -----

----- Terminou dizendo que o PCP, pela sua parte, faria todos os possíveis e os impossíveis para impedir a concretização desse profundo retrocesso democrático, gravemente lesivo dos interesses das populações e do Poder Local Democrático. -----

----- **A Senhora Presidente** disse que como hoje, em sede de Conferência de Representantes, tiveram o cuidado de analisar, a calendarização do mês de Dezembro era manifestamente incompatível com a inclusão de uma iniciativa desse tipo, dado o número de reuniões e a agenda de trabalho desse mesmo mês. -----

----- Portanto, era iniciativa que aguardava o imputo dos Senhores líderes de bancada das várias forças políticas, que não deixaria, obviamente, de se realizar. -----

----- **O Deputado Municipal João Bau (BE)**, no uso da palavra, disse que ia expressar a posição do BE sobre alguns dos documentos que estavam em discussão e que iriam ser votados, e começava por referir que relativamente a alguns deles não poderiam votar a favor porque implicavam a realização de despesas cujo financiamento, nesta altura, não estava assegurado. Não lhe parecia razoável que antes de votarem o ponto da Ordem de Trabalhos relativo ao empréstimo que a Câmara, no entender do BE, teria que contrair, estivessem a aprovar moções ou recomendações que implicavam mais investimentos e mais despesas. -----

----- Era evidente que se o empréstimo fosse aprovado o BE estaria disponível para votar favoravelmente quase todos os documentos que referia, mas nesta altura dos trabalhos não poderiam fazê-lo responsabilmente. -----

----- Disse que votariam favoravelmente a saudação aos trabalhadores da função pública que estiveram em greve, e que neste momento eram um alvo preferencial do Governo e responsabilizados pela crise que grassava no País. Estavam ao seu lado. ----

----- Também votariam favoravelmente as recomendações do PEV relativamente ao canil/gatil de Lisboa e à utilização do papel reciclado, embora pretendessem deixar claro que entendiam que se devia procurar o recurso às novas tecnologias da informação para diminuir a utilização de papel. -----

----- Sobre a questão do novo aeroporto de Lisboa, disse que se aproximava a data em que o LNEC entregaria ao Governo o seu trabalho de comparação das duas localizações alternativas, Ota e Alcochete, e aproveitava para recordar que o BE apresentara na Assembleia Municipal uma Moção, que foi aprovada, onde se pedia ao Governo que alargasse o estudo comparativo às outras hipóteses possíveis, nomeadamente à Portela + 1 e à 1 + Portela. -----

----- Também nessa Moção se preconizava que a Assembleia Municipal de Lisboa não poderia ficar fora desse debate, porque, conforme foi ali referido, não fazia sentido que o Porto se pronunciasse, outras entidades como a CIP e a Associação Comercial

do Porto se pronunciassem também, e a Assembleia Municipal da capital se mantivesse alheada do problema. -----

----- Portanto, era preciso um debate alargado a realizar no quadro da Assembleia, porque era indispensável que a voz de Lisboa se fizesse ouvir antes do Governo tomar a sua decisão. -----

----- Para isso, contavam já com uma moção aprovada em tempo pela Assembleia, e esperavam que, logo que possível, esse debate fosse realizado. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que o CDS-PP apresentara uma Moção que expunha, mais uma vez, aquilo que era a sua posição sobre a questão do reequilíbrio económico/financeiro da Câmara Municipal de Lisboa, discussão que começara precisamente com a apresentação do Plano de Saneamento Financeiro por parte do Executivo municipal. -----

----- Desde essa altura têm sempre dito que o momento essencial seria a discussão do Orçamento, porque seria aí que poderia perceber-se a consistência de todas as medidas que tinham vindo a ser apresentadas, das quais uma fundamental era o empréstimo que hoje seria discutido no período da Ordem do Dia. E era nessa perspectiva que iriam orientar toda a discussão nesse ponto. -----

----- Obviamente, não podiam deixar de lembrar tudo aquilo que tem sido as prioridades do CDS-PP na gestão da Câmara Municipal de Lisboa, e era isso que faziam na segunda parte da Moção, no pressuposto de que, conseguindo-se o desafogo financeiro que viesse a ser obtido pela viabilização do empréstimo, indicando as áreas e as questões que desde a primeira hora e desde a campanha eleitoral consideravam como prioritárias. -----

----- Concluiu dizendo que um seu companheiro dissertaria sobre outras moções, em que se especificavam situações mais concretas onde gostariam de ver a intervenção da Câmara melhorada e reforçada. -----

----- **A Deputada Municipal Cristina Serra (PEV)**, no uso da palavra, disse que “Os Verdes” decidiram trazer, mais uma vez, à Assembleia Municipal uma Recomendação sobre a adopção de papel reciclado porque, apesar de já terem apresentado propostas semelhantes, que foram aprovadas por unanimidade, até à data nada tinha sido feito nesse sentido. -----

----- Defendiam que se devia reduzir ao máximo o uso do suporte de papel, substituindo-o pelo digital e utilizar tanto a frente como o verso das folhas, quando tinham mesmo de ser utilizadas. -----

----- Consideravam que a utilização do papel reciclado pelos serviços do Município representava um passo importante em matéria ambiental. Esses serviços consumiam diariamente uma elevada quantidade de papel e a introdução de papel reciclado representaria uma considerável redução dos impactos ambientais. -----

----- Assim, conseguiriam evitar ou reduzir os impactos resultantes do processo de fabrico de papel, a nível de árvores, energia e água. Lembrou que a Assembleia da República utilizava papel exclusivamente reciclado desde há dez anos, sem quaisquer problemas. -----

----- Aliás, hoje em dia, os meios técnicos, como as impressoras, fotocopiadoras e faxes, estavam cada vez mais aptos para trabalhar com esse papel, sem que houvesse prejuízos a nível de qualidade ou de tempo. -----

----- Portanto, achavam importante ficar com estes dados: o fabrico de uma tonelada de papel reciclado permitia poupar, comparando com a produção da mesma quantidade de papel novo, 15 a 20 árvores, permitia reduzir 50 a 200 vezes o consumo de água, e permitia consumir menos duas a três vezes energia. -----

----- Era fácil ver que a introdução de papel reciclado só trazia benefícios ambientais pela consequente redução dos impactos, além de ser uma medida de consciencialização ambiental e de responsabilidade de cidadania consciente, pelo que era um bom exemplo que a Câmara deveria seguir. -----

----- Relativamente à Recomendação sobre o canil/gatil, disse que queriam saudar a Associação Acção Animal e a Liga Portuguesa pelos Direitos do Animal, pelo documento construtivo que fizeram, com algumas considerações relativamente ao Centro de Recolha Oficial de Lisboa. O Grupo Municipal do PEV subscrevia por inteiro o documento apresentado por estas duas associações. -----

----- E foi nesse sentido que elaboraram a Recomendação sobre o canil/gatil Municipal de Lisboa, esperando que houvesse sensibilidade e vontade para se melhorarem as condições existentes neste local. -----

----- Disse que em Janeiro do corrente ano se deslocaram numa visita oficial ao canil/gatil e foi-lhes assegurado que as obras do espaço anexo ao canil estariam prontas em Março deste mesmo ano, com condições sem dúvida muito melhores que as existentes actualmente, com boxes maiores e de acordo com a Lei em vigor, ao contrário das existentes, com cerca de um metro quadrado, onde um animal de porte médio a grande ficava sem espaço para se deitar sem ficar fora do estrado de madeira ou que chegavam mesmo a obrigar os animais a deitarem-se em cima dos seus dejectos e urina. -----

----- Era urgente que as obras, há tanto tempo paradas, do anexo ao canil, fossem rapidamente retomadas e concluídas. Estranho era o facto das obras das novas instalações estarem paradas, não por falta de dinheiro mas por razões burocráticas na Câmara Municipal. Houve uma falência do empreiteiro, Conengil, que nunca mais permitira a realização de um novo contrato para permitir a terceira e última fase da obra. -----

----- Referiu que a higiene no local era também muito insuficiente, uma vez que, de acordo com os funcionários, a limpeza com mangueiras de água era feita unicamente duas vezes por dia. Ora, num local onde estavam os cerca de 65 cães, era impensável proceder-se a um mínimo de higiene com estas duas lavagens. O local tinha igualmente fraco arejamento pelo que, qualquer pessoa que o visitasse para poder escolher um cão para adoptar, sentia um odor intenso e nauseabundo a fezes e urina, nada agradável para o prolongar da visita, para interagir e escolher um cão com a calma necessária. -----

----- Portanto, teria que se pensar rapidamente em campanhas de sensibilização pública, nomeadamente de crianças e jovens, com mais frequência, com mais

dinamismo, alertando a população para não comprar animais de estimação e ir antes adoptar um ao canil/gatil municipal. -----

----- E era urgente, também, que se estabelecessem protocolos com instituições e/ou associações para que houvesse mais voluntariado no canil/gatil, já que os voluntários podiam passear os animais, podiam ajudar nas limpezas, podiam escovar os animais, etc., para que esses bichinhos pudessem ter mais alguma qualidade de vida, mais algum carinho e pudessem ver salvaguardado algum bem-estar. Mas os voluntários, no estado actual em que se encontravam os animais e as instalações, não ficariam muito tempo. Por isso, continuavam a insistir que era preciso fazer mais e melhor por este espaço e pelos animais que ali estavam. -----

----- Também faltavam transportes públicos com paragem perto do canil/gatil. Passavam autocarros na Estrada da Pimenteira e a Câmara Municipal devia negociar com a Carris no sentido de se colocar uma paragem perto da estrada que levava às instalações. Nem todas as pessoas tinham carro e para os potenciais voluntários seria uma grande ajuda o facto de haver transportes públicos perto. -----

----- Os gatos não estavam em melhores condições. Não existia areia nem arranhadores, essenciais às suas necessidades fisiológicas, e para que os seus instintos e bem-estar não viessem a ser mais prejudicados. -----

----- Os animais que estavam nessas instalações só eram vacinados e desparasitados quando eram levados para adopção, o que prejudicava gravemente a saúde dos que não tinham vacinas. Inclusivamente já ocorreram casos de morte por doenças infecto-contagiosas, o que leva a crer que ou os animais já vinham doentes quando deram entrada ou foram contagiados no local. -----

----- Apesar do esforço que os funcionários que lidavam directamente com os animais despendiam, deviam ter formação adequada ao exercício das suas funções, o que não acontecia, pelo que se deveriam desenvolver esforços no sentido de assegurar a referida formação, para que pudessem lidar com os animais de uma forma mais vocacionada para o seu bem-estar. -----

----- Disse que não estavam ali a falar do que ouviram dizer, mas sim com conhecimento de causa. Pessoalmente era uma frequentadora do canil/gatil municipal. Levava até lá, com alguma regularidade, pessoas para adoptarem animais e indicava a muita gente para o fazer também. -----

----- Ainda na sexta-feira passada estivera nas instalações com outra pessoa que queria adoptar um animal e mais uma vez se sentira incomodada pelo que viu. Ao entrar o mau cheiro infiltra-se nas narinas e as pessoas sentem-se mal dispostas. -----

----- E, atenção, o chão tinha acabado de ser lavado! Depois os cães ladravam a pedir atenção, a pedir carinho, o seu olhar triste a pedir ajuda, a pedir que os levassem dali para fora. O funcionário que acompanhava a visita pedia rapidez na escolha, tinha pressa para fazer outras tarefas, enquanto quem ia escolher tinha vagar para poder interagir, para poder avaliar. -----

----- Uma cadela tinha acabado de parir. Sim, acabado de parir ali, no meio de 65 cães, sem quaisquer condições. Um dos nados já estava morto e ela aflita lambia outro que estava fora do estrado, quase fora do alcance dela. Chamaram o funcionário que ao



ver o que se passava encolheu os ombros, como se aquela fosse uma situação corriqueira e para a qual nada havia a fazer. Pediram para falar com o veterinário de serviço, indignadas. Não tinham dado conta que aquela cadela, que estava ali há bem pouco tempo, estava prenha e em fim de gestação. Lá foi pedido pela veterinária que transferissem a cadela para que pudesse ter um pouco de condições para acabar de dar à luz. -----

----- Questionavam como era possível que não se tivesse dado conta que essa pobre cadela estava gestante, questionavam a frieza do funcionário perante a situação, questionavam a postura e a observação dos animais pelos veterinários aquando a entrada dos animais no canil/gatil. -----

----- Este era o maior canil/gatil municipal do País e por certo um dos melhores de Portugal. Sabiam que os serviços responsáveis da Câmara Municipal tinham feito muito, mas ainda havia muito para fazer. Lisboa é capital do País e devia ser uma cidade solidária também no que tocava aos animais que recolhia e tratava nas suas instalações. -----

----- Para a quem ainda restavam dúvidas, não seria demais assinalar que um canil-gatil com melhores condições teria mais eficiência nas funções que desempenhava, potenciando nomeadamente mais adopções. No Código Civil os animais podiam ser considerados “coisas”, mas todos eram animais e todos tinham interesses e necessidades que partilhavam. -----

----- **O Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia dos Prazeres, no uso da palavra, disse que os Presidentes das Juntas de Freguesia da cidade, desde que foi aprovada, pela Assembleia Municipal, a vigência dos protocolos de delegação de competências, e elas ficaram apenas até ao fim do ano civil, pensavam que foi em prejuízo dos melhores interesses dos cidadãos, e talvez até do melhor para a prática procedimental. Não fazia comentários relativamente à parte jurídica porque a sua preparação não era suficiente para isso, mas tinham vindo a chamar a atenção para que a Câmara Municipal definisse as suas intenções quanto aos protocolos de competências a vigorar até ao fim do presente mandato. Todas as Juntas, mesmo todas, necessitavam de apresentar às Assembleias de Freguesia os seus orçamentos para 2008, mas até ao presente as afirmações da Câmara não passavam de vagas garantias de transferência global de verbas equivalentes, sem qualquer especificidade quanto a um e cada um dos projectos em curso. -----

----- Mas dava um exemplo específico. Uma das missivas que receberam, por fax, que a Sra. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina também referira, dizia que era intenção da Câmara transferir o mesmo quantitativo, mas não dizia em que programa, em que freguesia, se era tudo para uma, se era parcial. Presumia-se que fosse segundo a mesma forma, mas para fazer legalmente um orçamento era necessário ter uma garantia por parte da Câmara porque senão estariam a incluir verbas para acções cuja competência não era da Junta de Freguesia. -----

----- Por exemplo. Ia continuar a componente de Apoio à Família? Ia ser feita pela Junta? As escolas voltavam ao horário das 9 às 15 horas? Quem abria a porta as 8 horas? Ia continuar o apoio social e psicológico às famílias necessitadas? Iam-se

abandonar essas crianças à espiral do Serviço Nacional de Saúde? Ia a Câmara continuar o seu esforço de Acção Social ou abandonava-o à Santa Casa, ou outras organizações mais ou menos particulares de solidariedade social? -----

----- Estes eram alguns exemplos do que a Câmara tinha vindo a delegar nas Juntas, mas o que era facto é que a lei não permitia orçamentar operações para as quais as Juntas não tinham competência, enquanto essa não lhe fosse delegada pela própria Câmara. E a alternativa, não as podendo orçamentar, seria a dispensa de todos os técnicos, colaboradores e monitores, que têm estado ao serviço da Cidade de Lisboa. --

----- Mas reiterava que não eram algumas Juntas, eram todas, e estavam em vias de cair numa situação eventualmente ilegal por falta de informação da Câmara. Ou então pretendia-se o despedimento volumoso, agora através das Juntas. -----

----- Por essa razão, reiterava o pedido que o Sr. Presidente da Câmara, no mais curto prazo, respondesse a essas inquietações que lhes eram transmitidas pelos moradores e pelos prestadores de serviços, nem que fosse através de cópia da proposta que pretendia levar à Sessão de Câmara para aprovação, para que ainda antes do Natal se pudessem fazer e aprovar os 53 orçamentos de cada uma das 53 Juntas de Freguesia. -

----- Seguidamente, disse que não queria deixar de referir um assunto que ocorrera nas últimas horas, e que tinha a ver com o problema surgido quanto ao facto ligado a indefinições, por parte da Câmara, na Tapada das Necessidades. Ainda na última Sessão de Câmara foi aprovada, por unanimidade, uma declaração de intenções cuja base era a capacidade da Tapada das Necessidades se manter aberta à fruição de todos os cidadãos. -----

----- Mas uma das várias entidades que interferiam nesse espaço, o Ministério das Finanças, que pelas suas explicações não devia ter ninguém que até agora tivesse entrado na Tapada das Necessidades para ver o que na realidade aquilo era, informara que resolvera entregá-la ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, aparentemente sob vigia da Guarda Nacional Republicana, e tudo com dois pretextos que eram absolutamente extraordinários para essa cedência. -----

----- Lembrou que já uma vez, por causa da GNR, a Sra. Presidente da Assembleia teve uma acção de tal forma extraordinária que conseguira evitar algo que essa força queria fazer em detrimento de pessoas com algumas dificuldades. Mas ao dizer isto não estava a querer dizer mal da GNR, antes pelo contrário. O que estava a dizer era que os seus objectivos eram diferentes daquilo que era a fruição pública de um espaço público. -----

----- E os pretextos eram os seguintes. Por um lado, como o Ministério dos Negócios Estrangeiros já tinha o palácio então também deveria ter o jardim, e, por outro, porque tinham lá construções muito degradadas, que estavam degradadas por incúria do curador que parecia ser o próprio Ministério ou a outro qualquer. Aliás, a responsabilidade das Tapadas em Portugal costumava ser do Ministério da Agricultura, com quem os protocolos de cooperação foram assinados pela Câmara e pela Junta. -----

----- Agora, a questão teria que se pôr nestes termos: ou a Câmara permitia que esse bem público lhe fosse subtraído dessa forma, ou então acharia razoável, por inércia ou por indecisão, permitir que se tornasse num feudo diplomático, militar ou um

gigantesco parque de estacionamento, porque na Praça das Necessidades já não cabiam os carros todos que foram retirados dos pátios lá de dentro. E realmente a Tapada seria um magnífico lugar para os estacionar, e todos gostariam que isso acontecesse. -----

----- Disse que as organizações de moradores e a Junta de Freguesia dificilmente resolveriam o assunto sem a colaboração activa da Câmara, ou mais que dificilmente era impossível, pelo que a situação não era urgente mas sim premente. -----

----- Nesse sentido, fazia entrega à Sra. Presidente da Assembleia e ao Sr. Presidente da Câmara, de um curto processo com as últimas comunicações que foram trocadas com a autoridade referenciada, e todas as outras comunicações com ela relacionadas. -

----- **A Senhora Presidente** disse que estava certa que o Sr. Presidente da Câmara não deixaria de tomar boa nota dessa necessidade e da privação que todos sofriam, e não deixariam todos de envidar os melhores esforços para obterem uma boa solução. -----

----- **O Deputado Municipal Valdemar Salgado (PSD)**, no uso da palavra, disse que a Moção n.º 2, por si apresentada na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia do Campo Grande, vinha no seguimento de outra intervenção em que tivera oportunidade de dizer que os moradores da Cidade de Lisboa não mereciam o estado de abandono em que o Jardim do Campo Grande se encontrava. -----

----- Referiu que o Executivo da Junta de Freguesia, em diversas ocasiões, alertara a Câmara Municipal de Lisboa para a progressiva degradação do jardim, e efectivamente era imperioso que a Câmara interviesse para que esse grande jardim fosse devolvido à cidade. -----

----- Também grande motivo de preocupação era a falta de estacionamento. No chamado Bairro das Caixas existia parte da solução, já que amplos espaços abandonados, que hoje eram lixeiras a céu aberto, constituíam um enorme potencial para que, em parte, esse problema fosse resolvido. Esse espaço, não só potenciava o estacionamento como também poderia dar lugar a locais de lazer. -----

----- Por outro lado, o ruído que se fazia sentir a todas as horas na Segunda Circular, tornava-se mais agudo do lado do Bairro Fonecas e Calçada, porquanto desse lado não existiam barreiras acústicas, tal como as que se encontravam do lado de Telheiras.

----- Porquê essa discriminação? -----

----- Pediu que a Câmara acabasse com ela, porque essa tem sido uma luta constante dos moradores, a que a Junta de Freguesia se tem aliado desde a primeira hora. -----

----- Seguidamente, referiu-se ao estacionamento caótico da Av. do Brasil dizendo que os carros estacionavam em cima do passeio desde a Av. de Roma até ao Campo Grande, carrinhos de bebé ou cadeiras de rodas não conseguiam circular. -----

----- Recordou que há algum tempo o Executivo da Junta de Freguesia do Campo Grande enviara à Câmara Municipal de Lisboa um estudo para colmatar esse problema, que efectivamente era urgente resolver. E nesse estudo propunham a criação de zonas de estacionamento em espinha, porque essa solução teria uma rentabilidade garantida à partida. -----

----- **A Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina, novamente no uso da palavra, agradeceu as palavras do Sr. Presidente

da Junta dos Prazeres mas chamava-lhe a atenção de que em 2005 os Presidentes de Junta foram eleitos em Outubro e tiveram que fazer os seus orçamentos e preparar as opções do plano, e os protocolos só foram assinados em Abril. -----

----- E como é que isso foi resolvido? Na sua Junta, por exemplo, foi como fizera agora, porque a sua Assembleia de Freguesia até já aprovava o orçamento e as opções do plano para 2008, com base numa verba idêntica à que receberam em 2007, atendendo, inclusivamente, ao fax que receberam do Sr. Vice-Presidente, onde claramente era dito que o montante era igual e se perguntava se queriam manter os mesmos protocolos ou se queriam alguma alteração redistribuindo a verba total. -----

----- Ora, todos sabiam que o POCAL permitia fazer modificações orçamentais, e naturalmente foi esse o processo utilizado em 2005 quando se prepararam os documentos para 2006. -----

----- Daí dizer que o PS aprovava a Recomendação n.º 1, que esperava que pudesse vir a ser aceite pela Câmara, que a Câmara tivesse condições para poder manter esse quantitativo para as Juntas em prol da população da cidade, mas, apesar de aprovarem, não percebiam essa preocupação e sugeriam essas aplicações do POCAL, no fundo uma modificação orçamental, para poderem partir das verbas semelhantes às do ano anterior. -----

----- **O Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves (PSD)**, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Condestável, no uso da palavra, aludindo à Recomendação n.º 7, apresentada pelo CDS-PP, disse que ela tinha algum conteúdo válido mas o PSD rejeitava totalmente a fundamentação e a parte deliberativa no que respeitava às pequenas áreas ajardinadas. -----

----- Disse que nessa parte a Recomendação era uma afronta às Juntas de Freguesia porque todos sabiam que eram elas que, através do protocolo, estavam a manter os pequenos jardins das freguesias em bom estado na generalidade dos casos. Por conseguinte, achava que o CDS-PP não devia conhecer bem Lisboa, provavelmente porque não tinha nenhuma Junta de Freguesia. -----

----- Portanto, o PSD desde já requeria a votação desta Recomendação ponto por ponto, porque iriam votar contra o ponto n.º 1 e a favor do ponto n.º 2. -----

----- **A Senhora Presidente**, terminadas as intervenções, iniciou o processo de votação das moções, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- **Nota:** As alterações que foram sendo anunciadas pela Sra. Presidente antes da votação de cada documento, assim como aquelas que foram sugeridas ao longo do debate e aceites pelos proponentes, encontram-se já inseridas nos respectivos textos, integralmente transcritos nesta acta no início do período de Antes da Ordem do Dia. --

----- Aprovar, por maioria, a **Moção n.º 1**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PSD e BE. -----

----- A **Moção n.º 2**, apresentada pelo PSD, a pedido do BE foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 3 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Ponto 4 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do BE, e a abstenção do PS. -----

----- Rejeitar, por maioria, a **Moção n.º 3**, com votos com votos favoráveis do PCP, BE e PEV, votos contra do PSD, PS e CDS-PP, e a abstenção de 3 Deputados Municipais do PSD. -----

----- Terminada a votação das moções, iniciou-se o processo de votação das recomendações, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Aprovar, por maioria a **Recomendação n.º 1**, apresentada pelo PSD, com votos favoráveis do PSD, PS e PCP, e a abstenção do BE, CDS-PP e PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 2**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 3**, apresentada pelo PEV. -----

----- Aprovar, por unanimidade, a **Recomendação n.º 4**, apresentada pelo CDS-PP.-----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 5**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 6**, apresentada pelo CDS-PP, com votos favoráveis do PSD, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS e BE. -----

----- A **Recomendação n.º 7**, apresentada pelo CDS-PP, a pedido do PSD foi votada ponto por ponto, tendo a Assembleia deliberado: -----

----- Ponto 1 – Rejeitado, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, CDS-PP e PEV, votos contra do PSD, e a abstenção do BE. -----

----- Ponto 2 – Aprovado, por maioria, com votos favoráveis do PSD, PS, PCP, CDS-PP e PEV, e a abstenção do BE. -----

----- Aprovar, por maioria, a **Recomendação n.º 8**, apresentada pelo PCP, com votos Favoráveis do PSD, PCP, BE CDS-PP e PEV, e a abstenção do PS.-----

----- Terminadas as votações, a **Senhora Presidente** deu por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia, declarando aberto o período da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária, que tinha para discussão e votação o seguinte ponto. -----

----- **Ponto 1 - Proposta 493/2007;** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO 1 - PROPOSTA 493/2007 – APROVAR A CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO JUNTO DA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS A AFECTAR À CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO, BEM COMO APROVAR A MINUTA DO CONTRATO, NOS TERMOS DA PROPOSTA, AO ABRIGO DA ALÍNEA D) DO N.º 2, DO ART.º 53º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO.** -----

----- PROPOSTA 493/2007 -----

----- “Considerando que, -----

----- 1. Pela proposta nº 337/2007 a Câmara Municipal de Lisboa aprovou o estudo e saneamento financeiro, cuja viabilidade assenta, entre outros vectores, na consolidação da dívida de curto prazo por recurso a um empréstimo de longo prazo no montante de 500 milhões de Euros. -----

----- 2. Para esse efeito e na sequência da deliberação da Assembleia Municipal, foi efectuada uma consulta alargada junto da Banca Nacional e Internacional que se traduziu no convite a 39 Instituições de Crédito, conforme of. Circ 965/DMF/DEPF, anexo à presente proposta. -----

----- 3. No referido convite foi solicitada a cotação para 3 estratégias de taxa de juro: taxa variável, taxa fixa para a maturidade de 5 anos e taxa fixa para a maturidade global do empréstimo, bem como a apresentação de uma proposta autónoma de cobertura de risco de taxa de juro. -----

----- 4. 12 Instituições de Crédito subscreveram propostas de financiamento e de cobertura, enquanto 2 Instituições apresentaram apenas propostas de cobertura e outras 2 ofereceram condições para o financiamento remetendo para uma negociação posterior as condições de cobertura. -----

----- 5. Da análise das propostas, e face às condições oferecidas nas diversas modalidades, considera-se que é vantajoso para a CML optar pela taxa de juro variável, devendo ser avaliadas, oportunamente, estratégias de cobertura, que minimizem a exposição da CML ao risco da taxa de juro. -----

----- 6. A Caixa Geral de Depósitos, a Goldman Sachs International, o Deutsch Bank, o Millenium BCP em consórcio com o DZ Bank, o Barclays Bank e o Banco Efisa, SA em consórcio com a Lehman Brothers, subscreveram propostas de financiamento com um custo total considerado favorável à CML, nas actuais condições de mercado financeiro, encetando-se negociações com estas entidades, visando a melhoria das condições iniciais apresentadas, nomeadamente em termos de perfil de reembolsos e condicionantes de cobertura da taxa de juro associada ao próprio financiamento. -----

----- 7. Das mencionadas negociações resultou a conclusão de que a Caixa Geral de Depósitos subscreveu a melhor solução de financiamento, consubstanciada num empréstimo a taxa variável, com um spread de 0,09% e uma comissão de liderança, organização e montagem de 0,07% sobre o montante do empréstimo, equivalente a um custo total de 0,104% sobre a Euribor. -----

----- 8. A contratação da presente operação de financiamento não compromete os limites legais de endividamento líquido, nos termos do nº.1 do artº 40º da Lei nº. 2/2007 de 15 de Janeiro. -----

----- Tenho a honra de propor que a Câmara delibere: -----

----- 1. Aprovar submeter à Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do nº. 6 do artº. 64º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e em conjugação com o nº. 1 do artº 40º da Lei nº. 2/2007 de 15 de Janeiro, para que esta delibere ao abrigo da alínea d) do nº. 2 do artº. 53 do mesmo diploma, a contratação de um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos a afectar à consolidação da dívida de curto prazo, nas seguintes condições:

----- 1.1 – 1ª tranche, no valor global de 360 Milhões de Euros, com um período de carência de 3 anos, prazo de reembolso de 9 anos e taxa de juro de 0,09% s/ a Euribor a 6 meses. -----

----- 1.2 – 2ª tranche, no valor global de 140 milhões de Euros, a utilizar única e exclusivamente: -----

----- a) nas condições previstas no Plano de Saneamento Financeiro aprovadas pela Assembleia Municipal pela deliberação 34/AML de 16 de Outubro; -----

----- b) no prazo de 2 anos a contar da data do visto prévio do Tribunal de Contas; -----

----- c) se e quando se tornarem certas, líquidas e exigíveis dívidas emergentes de compromissos assumidos em data anterior a 1 de Agosto de 2007; -----

----- d) mediante autorização da Assembleia Municipal para mobilização de cada parcela sob proposta fundamentada da Câmara Municipal. -----

----- 1.3 – Aprovar a minuta do contrato em anexo, que faz parte integrante da presente proposta.” -----

----- **A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico**, apresentou o seguinte Parecer: -----

----- **PARECER** -----

----- “A Comissão Permanente de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, reunida em 3 de Dezembro de 2007, pelas 18h30, para análise do empréstimo de saneamento financeiro – Proposta n.º 493/2007, da Câmara Municipal de Lisboa – emite o seguinte parecer: -----

----- a) A Proposta n.º 493/2007 encontra-se apta à discussão e votação na Sessão Plenária da Assembleia Municipal de Lisboa, do dia 4 de Dezembro de 2007, nos termos legais e regimentais: -----

----- b) Doravante, o Vereador com o Pelouro das Finanças reunirá mensalmente com esta Comissão, tendo em vista o incremento dos fluxos de informação financeira.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra para apresentação da proposta, disse que a situação era muito grave e exigia a todos respostas claras. Era o que procuraria fazer em dez questões fundamentais: -----

----- Primeira: o que era que a Câmara propunha? -----

----- O que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pela Assembleia Municipal. A contracção de um empréstimo de 360 milhões de euros para pagamento imediato das dívidas de curto prazo a fornecedores, já liquidadas, e de uma facilidade bancária de 140 milhões de euros utilizável nos próximos dois anos, se e quando se tornarem certas, líquidas e exigíveis, outras dívidas a fornecedores emergentes de compromissos anteriores, à tomada de posse do actual Executivo. -----

----- Segunda: Não era um montante muito elevado? -----

----- Era o montante correspondente à dívida apurada e provisionada no Relatório de Contas a 31 de Julho, aprovado na Assembleia Municipal. -----

----- Recordou que Plano de Saneamento Financeiro listava a totalidade das dívidas e discriminava, a páginas 32 e 33, a justificação relativa aos 140 milhões de euros provisionados. -----

----- Era o caso dos pedidos pendentes a 31 de Julho de decisão judicial num total de 429 milhões de euros; era o caso de 36 milhões de euros de juros de mora que queriam negociar; era o caso de 31 milhões de euros de facturação ainda não emitida ou ainda não contabilizada; era o caso de 10 milhões de euros decorrentes de protocolos ou outros compromissos informais assumidos com empresas, ONG's ou Juntas de Freguesia. -----

----- Mas, repetiu, todos esses casos estavam discriminados no Plano de Saneamento Financeiro e inscritos contabilisticamente como Provisões e Acréscimo de Custos. -----

----- Em suma, se o montante era avultado era porque a dívida era avultada! -----

----- Terceira: Mas esta segunda tranche não poderá constituir um “saco azul” para a Câmara? -----

---

----- Não podia. A proposta respondia plenamente a essa preocupação, legítima, que o PSD colocara oportunamente. -----

----- Por um lado, só podia servir para pagar dívidas de compromissos anteriores à posse do actual Executivo, e, por outro, para mobilizar cada cêntimo dessa segunda tranche era necessária prévia e expressa autorização da Assembleia Municipal, que assim teria total controlo sobre a sua utilização. -----

----- Quarta: Mas a existência dessa facilidade não encarecia o empréstimo? -----

----- Não. Nada era cobrado por essa facilidade, o que era natural visto o dinheiro não ser disponibilizado ao Município, não “entrar em caixa” nem reforçar a tesouraria. O dinheiro mantinha-se no banco e só era disponibilizado mediante autorização prévia da Assembleia Municipal, só vencia juros a partir desse momento e sobre o montante especificamente disponibilizado. -----

----- Quinta: Mas por que pedia então a Câmara e desde já um empréstimo em duas tranches? -----

----- Porque a lei – e bem – só permitia celebrar um único empréstimo para o saneamento financeiro, de modo a evitar o círculo vicioso: dívida/empréstimo, nova dívida/novo empréstimo. -----

----- Ora, essa segunda tranche não se destinava a nova dívida, mas a dívida antiga que tinha de ser provisionada, sob pena de não poder ser honrada. -----

----- Sexta: E de quando era essa dívida e a que anos remontava? -----

----- A resposta a essa pergunta estava dada na página 31 do Plano de Saneamento Financeiro. Estavam a falar de dívidas a curto prazo e não de dívida bancária ou de dívida estruturada com planos de pagamento a médio prazo. -----

----- E o total da dívida de curto prazo anterior a 2002 era de 5 milhões de euros, isto é 1,8% do total. -----

----- Sétima: Mas esta proposta não agravava o défice? -----

----- Não. Nem o limite do endividamento, porque reestruturava a dívida sem a aumentar, convertendo a dívida de curto prazo a fornecedores em dívida de médio prazo à banca, pelo que o endividamento líquido não era afectado. -----

----- Mas também não aumentava a despesa, pelo que não agravava o défice, antes pelo contrário. Os encargos financeiros diminuíam porque a taxa contratada – 4,879% – era menos de metade da taxa de juro de mora comercial que era de 11 %. -----



----- Oitava: Essa solução era legal ou resultava de um tratamento de excepção? -----  
----- Não havia qualquer excepção. O artigo 40º da Lei das Finanças Locais era aplicável a qualquer Município e não envolvia qualquer intervenção do Governo. -----  
----- Relembrou que quando na campanha eleitoral falara do Plano de Saneamento Financeiro, foi muito atacado pelo PSD que o acusara de querer colocar o Município sob tutela do Ministro das Finanças. -----  
----- Explicara, logo na altura, que não tencionava aguardar que o Governo interviesse com base no artigo 41º e que o Município se deveria antecipar, recorrendo aos mecanismos do artigo 40º, autovinculando-se de forma responsável a resolver por si a situação de ruptura financeira. -----  
----- Essa foi uma opção responsável e consensual. -----  
----- Mas acrescentava, no que hoje importava decidir, que o artigo 41º não evitava a necessidade do empréstimo, nem da sua aprovação por pela Assembleia. Só permitiria alargar o período de carência e aumentar o prazo de amortização. -----

---

----- Nona: Havia alternativa a esta proposta da Câmara? -----  
----- Por um lado, esta proposta só tivera a oposição de uma das seis forças políticas com representação na Câmara, o que dizia muito sobre a base de apoio que recolhera. ---  
----- Por outro, aquando da discussão do Plano de Saneamento Financeiro não foi apresentada nenhuma alternativa e o Plano foi viabilizado. E na discussão do pedido de empréstimo também não foi apresentada nenhuma alternativa. -----  
----- As dúvidas colocadas quanto à segunda tranche foram respondidas. E, ainda há quinze dias, o líder da bancada do PSD, na Assembleia Municipal, garantira viabilizar a primeira tranche de 360 milhões de euros. -----  
----- Décima: Mas ontem a direcção do PSD veio apresentar outra solução. -----  
----- A ideia ontem apresentada assentava na contracção de um empréstimo de 143 milhões de euros e na constituição de um fundo de 357 milhões de euros, num total de 500 milhões de euros. -----  
----- Tal significava, desde logo, a confissão de que o montante da dívida que apresentavam estava correcto e que, afinal, não era exagerado. Daí decorria que o empréstimo de 143 milhões de euros não chegava nem para pagar metade das dívidas de curto prazo já liquidadas que eram, recordou, 360 milhões de euros. -----  
----- Tal implicaria um encargo financeiro de 24 milhões de euros/ano de juros de mora. -----  
----- Quanto ao chamado fundo de reestruturação, não foi esclarecido o que quer que fosse. Se era um verdadeiro e próprio fundo gerador de receita para pagar as dívidas, então tal significaria – com uma generosa taxa de rentabilidade de 7%/ano – que levariam 14 anos para pagar aos credores, o que era inviável. -----  
----- Se não era um verdadeiro e próprio fundo mas uma expressão de *marketing* para designar outras fontes de financiamento alternativas ao empréstimo proposto pela Câmara, então também não era viável. -----  
----- Mas veja-se. A primeira parcela, curiosamente, no montante de 57 milhões de euros, proviria de outro empréstimo. Acontecia que, como viram, só era possível contrair um único empréstimo para o saneamento financeiro, pelo que este novo empréstimo seria ilegal. -----

----- A segunda e principal parcela, de 250 milhões de euros, viria da alienação de património. Esse montante era superior à totalidade da receita obtida com alienação de património durante os últimos seis anos: 236 milhões de euros de 2001 a 2006. Não era por isso credível. Seria mais uma vez incorrer no mesmo erro dos últimos anos. Confiarem-se a uma receita empolada que tivera uma execução 80% abaixo do previsto.

----- Disse, ainda, que respondera com a maior clareza a estas dez questões. -----

----- Era altura do PSD também responder. -----

----- Como era que o partido responsável por 98,2% dessa dívida inviabilizava o seu pagamento? -----

----- Como era que o PSD, que ainda há 15 dias prometera viabilizar um empréstimo de 400 milhões de euros, hoje só se dispunha a viabilizar um empréstimo de 143 milhões de euros? -----

----- Como era que o PSD, que viabilizara o Plano de Saneamento Financeiro, inviabilizava agora a execução da sua principal medida? -----

----- Como era que o PSD, que não tinha uma alternativa, inviabiliza a aprovação da proposta de Câmara? -----

----- Como era que o PSD se permitia impedir o que era básico e essencial, isto é, que a Câmara pagasse o que devia? -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, no uso da palavra, disse que no dia 25 de Setembro, na Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PSD reafirmara quatro princípios que pautariam a sua conduta no Plenário: -----

----- - O da sua plena legitimidade para exercer plenamente as suas funções de fiscalização da actividade da Câmara; -----

----- - O de actuar responsabilmente na gestão da maioria que detinha no Plenário, sendo rigoroso na apreciação das propostas que lhe eram feitas e na defesa dos interesses da cidade de Lisboa e dos lisboetas; -----

----- - O do respeito institucional no relacionamento com a Câmara Municipal de Lisboa; -----

----- - O da transparência no relacionamento com a Câmara. -----

----- Afirmavam, como sempre têm afirmado, que nunca seriam oposição à cidade de Lisboa. -----

----- Estavam hoje a discutir a proposta n.º 493/2007, da Câmara Municipal de Lisboa, destinada a aprovar um empréstimo junto da Caixa Geral de Depósitos a afectar à consolidação da dívida de curto prazo. Uma discussão que vinha antecedida de uma polémica desnecessária, que encheria páginas de jornais e telejornais e foi motivo de conversas e tema de análise para muitos comentadores. -----

----- Aliás, uma polémica na qual o Sr. Presidente da Câmara tinha uma enorme quota de responsabilidade. Uma polémica acesa pelo Sr. Presidente da Câmara ao afirmar que se demitiria caso o PSD não viabilizasse esta proposta. Uma polémica mantida pelo Sr. Presidente da Câmara ao querer jogar o tudo ou nada. -----

----- Por vezes, a sua memória era curta. Por vezes o jogo mediático levava a que se ultrapasse o rigor dos factos em detrimento da mensagem de apreensão mais fácil. -----

----- Disse que no mesmo dia 25 de Setembro afirmara o Grupo Municipal do PSD, na Assembleia, que esse mesmo empréstimo que hoje discutiam, se deveria reduzir à verba exclusivamente necessária para solver a dívida de curto prazo da Câmara. -----

----- Ou seja, o PSD estaria disposto a viabilizar a contracção de um empréstimo destinado a pagar as dívidas de curto prazo permitindo consolidar dessa forma a dívida de curto prazo e transformá-la em dívida de médio prazo. Recusava aprovar a segunda tranche do empréstimo considerando que a Câmara poderia ainda dispor dos mecanismos necessários e não ter de aumentar a sua dívida ainda que transferida dos particulares para a banca. -----

----- E na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 16 de Outubro, aquando da apresentação da Proposta 337/2007, que versava o Plano de Saneamento Financeiro, voltara o PSD a reafirmar a sua posição. -----

----- O Grupo Municipal do PSD mantivera a sua posição e o seu discurso, mas não ficara por aí. O PSD demonstrara, claramente, que queria viabilizar uma solução para a resolução da dívida. E foi esse o motivo que o levou a abster-se na votação do Plano de Saneamento Financeiro. Fizera-o porque considerava, como continuava a considerar, que era essencial resolver o pagamento dessa dívida. Mas também o fez por boa-fé. Porque acreditara que o PS estaria disposto a dialogar e a encontrar uma solução de compromisso que permitisse resolver os problemas de Lisboa sem onerar mais os lisboetas. -----

----- De 25 de Setembro a 28 de Novembro decorreram cerca de dois meses, e, durante esses dois meses, o Sr. Presidente da Câmara sabia que o PSD não estava disposto a viabilizar o empréstimo que pretendia para a totalidade dos 500 milhões de euros. -----

----- Durante dois meses o Sr. Presidente da Câmara não ouviu da parte do Grupo Municipal do PSD nenhuma posição afirmando que recusaria autorizar um empréstimo destinado a saldar dívidas. -----

----- Durante dois meses o Sr. Presidente da Câmara nada fizera para tentar encontrar uma solução de compromisso que lhe permitisse resolver o pagamento da dívida de curto prazo e a obtenção da votação positiva do PSD. -----

----- E quanto à questão de uma eventual recusa do Tribunal de Contas. A aplicação do artigo 40º da Lei das Finanças Locais implicava que o montante das dívidas a fornecedores não ultrapassasse 50% das receitas, e não era linear que o Tribunal de Contas viesse a dar a sua benção à contracção deste empréstimo nos moldes em que ele existia. -----

----- E que solução haveria então se o Tribunal de Contas não viesse a caucionar o mesmo? E por que motivo não foi tal situação acautelada? Seria que o Dr. António Costa já tinha alguma garantia que tal não viesse a acontecer? Acreditava que não, por aquilo que era a independência que tem pautado a actuação do Tribunal de Contas e por aquilo que conhecia do Dr. António Costa. E se não garantia por que motivo se devia correr o risco de um chumbo do Tribunal de Contas? A Lisboa certamente não interessava essa hipótese. O Grupo Municipal do PSD, responsabilmente, limitava-se a levantar a dúvida. As certezas, de momento, só as tinha o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mas também sabia esse tribunal que a análise que fizesse desta proposta constituiria jurisprudência para casos semelhantes. E esta era uma questão para a qual o PSD estaria especialmente atento. -----

----- E esta questão levantava uma outra. Este empréstimo era conhecido sem no entanto ser conhecida a proposta de Orçamento para 2008. Não deveriam estas duas propostas serem analisadas em conjunto? Ou seria que este era o primeiro passo para o Sr. Presidente da Câmara encontrar um álibi para não aprovar o Orçamento para 2008? -----

----- Portanto, que ficasse ali bem claro que se não fossem pagas as dívidas de curto prazo da Câmara essa responsabilidade tinha um único responsável: o Presidente da Câmara, Dr. António Costa. -----

----- Que ficasse bem claro que o Grupo Municipal do PSD entende, e entenderá, que as dívidas são para ser pagas. E para ser pagas num tempo aceitável. Para o PSD as dívidas não tinham cor partidária. Politicamente podia interessar quem esteve na sua origem. Assim devia ser explicado aos eleitores e assim devia ser julgado nos momentos próprios para isso: as eleições. Mas do ponto de vista de pagador o que importava era as instituições cumprirem os seus compromissos para todos aqueles a quem deviam. Não existiam credores de primeira e credores de segunda. -----

----- Mas com toda a discussão gerada em torno desta questão algo ficou bem claro. Todos tinham responsabilidades na dívida existente. Todos, sem excepção: PS, PCP, PP e PSD. E também o BE as devia assumir. As atitudes conhecidas do actual Vereador do BE, no anterior mandato, também contribuíram activamente para o aumento da dívida. --

----- Pagar uma dívida era uma questão de honra individual que não podia deixar de o ser quando passava a ser assumida institucionalmente. -----

----- Referiu que o PSD assumia os seus compromissos. Assumia o que de bem fazia e o que de menos bem fizera. -----

----- Mas o PSD não aceitava agora, nem nunca aceitaria, votar qualquer proposta contra chantagem. E bem ao contrário daquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse de que a dívida correspondia, em 98%, a responsabilidades do PSD, era muito fácil falar quando falavam de dívidas referindo-se apenas a um determinado prazo. -----

----- Ao Sr. Presidente da Câmara era um direito que lhe assistia anunciar que se queria demitir. Criticava o PS o PSD no passado, fortemente, por trazer instabilidade à Autarquia. E que fazia agora o Dr. António Costa, ilustre militante do PS? -----

----- Na primeira oportunidade em que o PSD recusava aceitar parcialmente uma sua proposta, que fazia o Presidente socialista da Câmara Municipal de Lisboa? Ameaçava demitir-se! -----

----- Fazia parte da vida democrática o direito à opinião. Mesmo em matérias tão sérias como aquelas que hoje discutiam. Mas voltava a recordar-lhe que há dois meses, neste mesmo local, o PSD anunciara que viabilizaria o empréstimo para pagar a dívida. Mas não no montante proposto pela Câmara. Durante dois meses o Sr. Presidente nada tentara para ultrapassar esse facto. E, passados dois meses, quando confrontado com o voto contra do PSD optava por uma jogada teatral anunciando a sua possível demissão. -

----- Disse que o voto do PSD se baseava em propostas e não em ameaças. A proposta de há uma semana era a mesma de hoje. A única posição pública conhecida da Câmara

era a do seu Presidente ameaçar demitir-se. Há uma semana os Vereadores do PSD votaram contra a proposta 493/2007. Hoje seriam os Deputados Municipais do PSD a votar contra a mesma proposta. -----

----- Terminou aconselhando o Sr. Presidente da Câmara a que aceitasse negociar a sua proposta, porque o PSD estaria disponível para, no mais curto espaço de tempo, fazer aprovar uma nova proposta. O desafio estava feito, a responsabilidade da decisão cabia ao Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, no uso da palavra, começou por fazer os cumprimentos habituais, à Mesa, à Câmara e à Assembleia, estendendo desta vez os cumprimentos aos ilustres visitantes, lisboetas e ao Sr. Vice-Presidente da Câmara de Cascais que hoje lhes dava a honra da sua presença. -----

----- Iniciando a intervenção, disse que não ia hoje falar do passado, porque o juízo de valor que o PS fazia sobre o passado, fizera-o ali, há uma semana, no debate sobre o Estado da Cidade. -----

----- Do que ia falar hoje, em nome do PS, era das responsabilidades, enquanto autarcas do Poder Local eleitos em Lisboa. Era isso que primeiro desejava vincar. Todos: Vereadores, Deputados Municipais e Presidentes de Junta foram eleitos em Lisboa e para com as pessoas que moravam em Lisboa tinham responsabilidades. Essa é que era a verdade. -----

----- E, sobre isso, desejava dizer a todos que, no entender do PS, atravessavam a maior crise de sempre da Cidade de Lisboa desde o 25 de Abril até agora. Que ninguém tivesse dúvidas nenhuma! -----

----- Pessoalmente não registava memória de alguma vez ter acontecido em Lisboa umas eleições intercalares pelas razões que as motivaram. -----

----- Elas acontecerem porque, em primeiro lugar, pesava sobre a Autarquia de Lisboa um clima de suspeição generalizada que punha em causa a credibilidade do Município e que levava os lisboetas a não acreditarem na sua Câmara Municipal. Não queria falar disso, mas todos se recordavam das visitas não desejadas, infelizes, que tinham com frequência na Câmara Municipal. -----

----- Em segundo lugar, porque estavam confrontados com uma situação de endividamento extremo. E antes de entrarem ali no debate sobre a responsabilidade da dívida, que já há pouco foi referida, a verdade era que todos estavam confrontados com notícias veiculadas na comunicação social que não havia dinheiro para pagar combustível, que não havia dinheiro para pagar papel de fotocópias, toner para as máquinas, e até, pasme-se, tiveram que aprovar ali uma alteração orçamental à pressa e aprovar um empréstimo para se pagar o combustível para o funcionamento dos fornos crematórios dos cemitérios. Ou seja, não havia dinheiro para o funcionamento normal da Autarquia. -----

----- Essa é que era a verdade! -----

----- Portanto, registaram-se eleições intercalares porque Lisboa atravessava uma crise como nunca atravessara desde o 25 de Abril até agora, crise que tivera como epílogo essas eleições intercalares. -----

----- Continuando, disse que o candidato do PS, Dr. António Costa, hoje Presidente da Câmara, candidatara-se com um programa muito simples e muito curto. Dissera aos lisboetas que a sua principal prioridade, a sua primeira preocupação, era resolver o problema financeiro da Autarquia, que era uma situação de grande estrangulamento, o que, aliás, não foi negado por nenhum dos candidatos, inclusive pelo candidato do PSD, durante a própria campanha eleitoral. -----

----- E do programa que o Dr. António Costa apresentara aos lisboetas, constava: “vamos liquidar as dívidas através de um Plano de Saneamento Financeiro que incluiu um empréstimo”. Portanto, os lisboetas, quando votaram, não votaram ao engano. Os lisboetas, quando deram a maioria ao Dr. António Costa, deram-na porque entenderam a mensagem e queriam que, em primeiro lugar, se resolvesse o problema financeiro da Autarquia. Portanto, estavam a cumprir o compromisso que assumiram com o eleitorado. -----

----- E o que é que aconteceu? Foi apresentado um Relatório e Contas referente a 31 de Julho de 2007, naturalmente elaborado pelos serviços da Câmara, anterior à posse do actual Presidente da Câmara, onde se apurara uma situação de dívida, clara e consolidada com papéis, de 360 milhões de euros, e o PSD votara a favor, não tinha outro remédio, até porque foi o PSD que o mandara fazer. E esse mesmo documento também registava um montante de cerca de 400 milhões de euros em contencioso. ----

----- Essa foi a realidade com a Autarquia se confrontara e, perante isso, o que foi que o Dr. António Costa fez? Honrara o seu compromisso eleitoral apresentando um Plano de Saneamento Financeiro com um empréstimo nas condições que ainda há pouco foram apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- Mais líquido do que isso, mais transparente do que isso, não era possível. Aliás, tanto essa realidade foi interiorizada por todos, que por mais voltas que se dessem agora, como o Deputado Municipal Jorge Penedos tentara dar há pouco, a verdade era que o PSD referira ali, há cerca de um mês, que estavam disponíveis para aprovar os 360 milhões de euros e quanto à dívida em contencioso achavam que era exagerada e que em vez dos 140 milhões de euros achavam que devia ser 40 milhões, a tal verba que perfazia os 400 milhões. -----

----- Mas a verdade era que o PSD não foi capaz de negar a situação de estrangulamento financeiro da Autarquia, não foi capaz de negar a gravidade da situação, e ali dera a sua concordância ao Plano de Saneamento Financeiro que incluía este empréstimo. -----

----- E o que era que estava a acontecer agora? É que a Direcção Nacional de um partido resolvera intrometer-se directamente numa situação local, numa situação muito concreta de uma autarquia, quiçá convencida que com isso poderia ganhar as eleições em 2009. Mas era preciso que fossem claros! O que o PSD entendia era que se a Câmara pagasse as dívidas, se o Sr. Presidente da Câmara pudesse honrar o seu compromisso eleitoral, tinha condições para ganhar as eleições em 2009 e, portanto, o PSD para as perder. E a Direcção Nacional do PSD não queria saber dos lisboetas, não queria saber das preocupações das pessoas que na cidade moravam, porque estava

apenas interessada em dizer, numa noite qualquer de 2009, que ganharam Lisboa ao PS, à custa das pessoas que moravam e trabalhavam na cidade. -----

----- Essa é que era a realidade, e só assim se podia entender essa interferência na vida democrática do Poder Local. -----

----- Prosseguindo, disse que o Poder Local, reconhecido na sua forma institucional há mais de 30 anos, teve na sua constituição uma espinha dorsal que foi o PS e o PSD, e muito bem porque deram um grande grau de autonomia ao Poder Local precisamente por perceberem a importância que tinha para as populações um correcto funcionamento do Poder Local de uma forma independente do Poder Central. -----

----- Mas agora estavam ali confrontados com uma situação inédita, que era pela primeira vez, que se recordasse, um partido dar uma ordem, uma directiva, até poderia ser um pouco mais comedido e fazer uma recomendação, mas não, dava uma ordem a autarcas eleitos num determinado concelho dizendo: “os senhores têm que votar como nós queremos, porque isto é assim e existe esta disciplina de voto”. Esta é que era a verdade, era uma situação inédita a que nunca tinham assistido, e quiçá receoso que alguns autarcas pudessem pôr em primeiro lugar os interesses da cidade, vinha para ali o seu líder máximo local para controlar o voto de cada um, para intimidar! Essa é que era a realidade! -----

----- Dirigindo-se a todos os Presidentes de Junta, disse que, como sabiam e o reconheciam, o PS e ele próprio nunca puseram em causa, no meio da crise anterior, a legitimidade dos autarcas que foram eleitos para as freguesias, porque foram eleitos com um programa próprio, porque foram eleitos com o seu próprio rosto e assumiram responsabilidades pelas suas freguesias. Teve o cuidado de fazer ali essa diferenciação quando pedira eleições para a Assembleia Municipal, quem tivesse uma réstia de bom-senso e de honestidade intelectual com certeza que o reconhecia, quem quisesse apupar que apupasse, era da vida, era com cada um, era para o lado para onde se virava melhor. -----

----- Aliás, estava ali a ver hoje muitas caras novas, estava a ver muita gente que nunca ali pôs os pés e que estava ali pela primeira vez. Que por aí se visse a confiança que existia nos autarcas de primeira linha do PSD que foram eleitos para a Assembleia Municipal. -----

----- Mas desejava ainda dizer aos Presidentes de Junta aquilo que vinha dizendo há anos, e que também já o dissera na Assembleia Municipal: de todos aqueles que estavam na política para servir os cidadãos, os mais importantes, os mais decisivos, eram os Presidentes de Junta, os autarcas das freguesias. Tinha nessa matéria um discurso coerente há anos, não o estava a dizer agora pela primeira vez, porque efectivamente eram os Presidentes de Junta que estavam na primeira linha das preocupações dos cidadãos, que quanto tinham um problema era ao Presidente da Junta que se dirigiam. E era da opinião, era do tratamento, era do acompanhamento mesmo que não fosse da competência do Presidente da Junta local, que a maior parte desses cidadãos formatavam a sua opinião à política, aos políticos e à vida democrática. -----

----- Por isso, compreendia o difícil papel que os Senhores Presidentes de Junta do PSD hoje teriam ali. Compreendia a dificuldade que tinham, e naturalmente até nem gostaria de estar na pele deles, porquanto eles teriam que se debater com uma dupla consciência e com uma dupla responsabilidade, porque naturalmente tinham uma para com o partido pelo qual foram eleitos, mas também tinham outra para com os eleitores da freguesia que os elegeram. E a opção que iriam ter que tomar ali, hoje, era saber o que era que colocavam em primeiro lugar, se uma fidelidade a uma directiva absurda da Direcção Nacional do partido que não queria saber dos interesses da Cidade de Lisboa, se a fidelidade ao compromisso com os eleitores, com os quais contactavam todos os dias e lhes pediam ajuda e responsabilidades, até porque sabiam muito bem que se este empréstimo não fosse aprovado a Câmara paralisava, ficava ingovernável por uma situação que herdaram. -----

----- Portanto, aquilo que se esperava, não só dos Presidentes de Junta como de todos os Deputados Municipais do PSD, era que soubessem honrar a memória e o passado do PSD, o PSD de Sá Carneiro, o PSD de Mota Pinto e o PSD de Cavaco Silva que sempre teve um enorme sentido de responsabilidade. -----

----- Por isso, aquilo que se esperava do PSD era que honrasse a sua tradição, tivesse em conta o interesse público, tivesse em conta o interesse nacional e tivesse sentido de Estado. -----

----- **O Deputado Municipal Henrique Freitas (PSD)**, no uso da palavra, em protesto contra a intervenção do orador anterior, disse que o Deputado Municipal Miguel Coelho não tinha que defender ali a honra do PSD. As cores do PSD eram defendidas pelos Deputados Municipais que constituíam o seu Grupo Municipal, pelos eleitos directamente e também pelos que eram Presidentes de Junta de Freguesia, aliás os mesmos Deputados Municipais e Presidentes de Junta que o Deputado Municipal Miguel Coelho combatera em 2005. -----

----- Por outro lado, o PSD era um partido da liberdade, liberdade resultava do acto que daqui a pouco todos ali fariam, não eram daqueles partidos que tinham comissários a controlar o seu voto, não eram daqueles partidos que obedeciam cegamente a directrizes. Já tinham dado na Assembleia Municipal de Lisboa provas de muita liberdade, mas do Deputado Municipal Miguel Coelho nunca a viram ter. Já viram ali muitos Deputados Municipais do PSD votarem em obediência partidária e a seguir fazerem declarações de voto, mas o Deputado Municipal Miguel Coelho nunca o fizera, nunca teve essa liberdade porque não tinha a responsabilidade de ser do PSD.

----- Por isso, em nome dos Deputados Municipais que há mais de 30 anos defendiam o Poder Local em Lisboa, não reconhecia ao Deputado Municipal Miguel Coelho que falasse em nome daqueles que sempre se bateram por uma bandeira, que era a bandeira laranja. -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, em contraprotesto, referiu que, com toda a consideração pessoal que tinha pelo Deputado Municipal Henrique Freitas, dizia-lhe que dele também não aceitava lições de liberdade. E isto até por uma razão bem simples, é que sendo mais velho que ele já sabia o que era falta de liberdade, pagara por isso antes do 25 de Abril e também depois. -----



----- Mas o que era fundamental neste momento, era defender a honra da Cidade de Lisboa, que era aquilo que estava ali em causa, quando o PSD, porque tinha dúvidas sobre os seus autarcas, precisava de ter ali o líder da Distrital para observar como era que os Deputados Municipais do PSD iam votar. -----

----- Isso é que era uma vergonha para o PSD, porque, com toda a sinceridade o dizia, não estava nos seus pergaminhos. -----

----- **O Deputado Municipal João Saraiva (PCP)**, no uso da palavra, disse que era bem patente aos olhos de todos a situação de profundíssima degradação financeira que a Câmara Municipal de Lisboa, progressivamente, tinha vindo a viver nos últimos seis anos. -----

----- E para ela contribuíram, indiscutivelmente, as políticas de direita dos sucessivos governos do PS e do PSD, que através de uma inaceitável ingerência, por via da Lei de Orçamento de Estado e da Lei das Finanças Locais, vieram restringir, de forma dramática, o acesso a receitas essenciais à gestão da cidade. -----

----- Mas essa situação derivava, também, em grande parte, do que foi a gestão municipal do PSD, que era bom não esquecer, recebera o apoio do PS nas principais decisões tomadas, designadamente: -----

----- Sobreavaliação de receitas municipais que vieram condicionar o controlo da despesa; -----

----- Ausência de medidas de salvaguarda do património, em nome de infundadas promessas eleitorais; -----

----- Contratação de serviços e assessorias com carácter meramente supérfluo; -----

----- Lançamento de obras, sem o necessário e prévio planeamento. -----

----- Em suma: com uma má gestão do erário público e uma ainda pior política de defesa do património municipal, o PSD, com o respaldo do PS, ajudara a conduzir a Câmara Municipal de Lisboa para uma situação financeira muitíssimo preocupante, mas que, no entender do PCP, continuava a ser perfeitamente resolúvel. -----

----- E pensava que essa foi, na generalidade, a opinião da Assembleia Municipal ao aprovar o Plano de Saneamento Financeiro, que integrava a proposta de empréstimo, agora em discussão. -----

----- E se por razões que então claramente expressaram, não deram o aval global ao Plano de Saneamento Financeiro, nessa mesma altura, tiveram oportunidade de referir e salientar o acordo com a contratação de um empréstimo configurado nos moldes propostos no plano. -----

----- Aliás, como de início afirmaram, continuavam a considerar que foi exactamente a impossibilidade de recurso ao crédito nos últimos anos, imposta pelos Governos, perante o sacrossanto altar do défice, que, em parte, veio contribuir para a situação calamitosa a que se chegara em Lisboa, e não só. -----

----- Disse que o PCP estava de acordo com o recurso ao empréstimo financeiro, em discussão, e entendia que ele não só era essencial como poderia permitir acabar com a absurda situação entre a Câmara e a grande maioria dos seus fornecedores. -----

----- Não fazia qualquer sentido não trabalhar, em colectivo, para a resolução de uma situação que tem conduzido ao estrangulamento de diversas empresas fornecedoras da

Câmara, que a muito custo sobreviviam, algumas, e que caminharam, mesmo, para a falência, outras, obviamente com a conseqüente colocação em causa de postos de trabalho. -----

----- E a essa situação acrescia o facto insólito das referidas empresas serem obrigadas a pagar ao Estado Central o IVA sem que o tivessem recebido do Estado Local. E não se pensasse que eram trocos. Tratava-se, certamente, de uma vultuosa quantia que o Estado arrecadara sem que tivesse pago o que era devido. -----

----- Era altura de assumirem, todos, as suas responsabilidades. O PCP, pela sua parte, era o que fazia. E continuavam sem encontrar fundamentação nos argumentos apresentados pelos detractores deste empréstimo, designadamente no que respeitava à sua segunda tranche, que no entender do PCP se encontrava perfeitamente blindada e submetida à vigilância permanente da Assembleia Municipal. -----

----- Reconheciam, sim, a existência de algumas questões de interpretação técnica, quanto à aplicação de alguns artigos da nova Lei das Finanças Locais. Estavam, de facto, perante um processo pioneiro sustentado por uma lei que, no entender do PCP e ao contrário do que o Sr. Presidente da Câmara pensava, continha seríssimas incongruências. -----

----- A posição do Tribunal de Contas sobre este empréstimo viria por certo dissipá-las, podendo mesmo, como ali já foi afirmado, marcar doutrina em favor do universo das autarquias locais. -----

----- Portanto, repetia, era altura de cada um assumir as suas responsabilidades. Havia sinais que não podiam ser dados sob pena de total descredibilização do Município. ----

----- Era altura, como referira, para assumir a responsabilidade e o bom-senso. -----

----- Disse, ainda, que o seu camarada, Deputado Municipal Modesto Navarro, referiu no período de Antes da Ordem do Dia os acordos PS/PSD dentro de um bloco central que se preparava para elaborar uma Lei Eleitoral para as Autarquias Locais à medida dos seus interesses e à revelia dos interesses dos eleitores e da representatividade democrática. -----

----- Era o acordo para a repartição do Poder. Aliás, questão essencial. -----

----- Já mais difícil parecia ser o acordo face à questão desse mesmo poder manietado, muitas vezes, por revanches políticas e por retóricas de forma, que não, obviamente, de conteúdo. -----

----- Mas tudo tinha limites. E o limite, ali, hoje, passava por não pôr em causa a instituição que era a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, no uso da palavra, disse que esta discussão poderia ser apenas de uma alínea de um Plano de Saneamento Financeiro, já aprovado pela Assembleia Municipal. Poderia ser, portanto, uma discussão tranquila, sem grandes questões a levantar relativamente ao aspecto fundamental da proposta, que era a contracção de um empréstimo de 500 milhões de euros, e poderia ser uma discussão mais voltada para os aspectos técnicos dessa proposta do que para a natureza essencial da mesma. Ou seja, para saber se o empréstimo deveria ou não andar para a frente. -----

----- Quem tivesse assistido à reunião da Assembleia Municipal de 27 de Setembro, em que o PSD não inviabilizara o Plano de Saneamento Financeiro, onde estava inscrita a proposta de um empréstimo de 500 milhões de euros, certamente não adivinharia este tão grande rebuliço à volta de um ponto da Ordem de Trabalhos que apenas concretizava essa ideia, que então o PSD achara por bem deixar passar. -----

----- Por isso, era com grande espanto que, na véspera desta reunião, começaram a ouvir falar de propostas, por parte do PSD, que demoraram dois meses a sair a público, e que, além disso, evitaram o terreno do confronto e do debate político onde poderiam e deveriam ter sido discutidas. Há uma semana atrás, na reunião da Câmara Municipal, foi aprovada a contracção do empréstimo no valor de 500 milhões de euros nos termos que agora lhes eram apresentados, e nessa altura o PSD não apresentara nenhuma proposta alternativa, e poderia tê-lo feito se tivesse tido a responsabilidade de fazer o seu trabalho de casa e não tivesse caído na tentação de pautar a sua actuação política próxima pela total irresponsabilidade política e pela apresentação de propostas que, para além de serem irresponsáveis, eram tecnicamente erradas. -----

----- Era esse o caso da proposta que veio a público, hoje mesmo, sobre uma alternativa que o PSD iria contrapor à proposta apresentada pela Câmara. E o que o BE dizia sobre essa proposta alternativa, era que ela não só tinha aspectos graves de irresponsabilidade política, como tinha também aspectos graves do ponto de vista técnico, porque, efectivamente, era um grande erro técnico defender as soluções que aí eram apresentadas. -----

----- Em primeiro lugar, a proposta era tecnicamente errada porque, apesar dos Deputados Municipais do PSD reconhecerem a importância e a necessidade de fazerem um empréstimo de 500 milhões de euros, que nas condições actuais era um financiamento de curto ou médio prazo, propunham que a resolução desse empréstimo fosse feita, no essencial, à custa da constituição de um fundo financeiro estrutural, cujo tempo de constituição e de resolução não era claramente compatível com o tempo de curto prazo em que a Câmara teria que dar resposta para solver as suas dívidas. -----

----- Ou seja, o PSD propunha a constituição de um fundo na sua grande maioria composto pela venda de património municipal no montante de 250 milhões de euros. Mas como era que o PSD justificava uma proposta dessas? Onde pensavam arranjar património para justificar, primeiro, o montante de 250 milhões de euros, e, segundo, como podiam garantir à Assembleia Municipal que esses 250 milhões de euros podiam ser realizados a curto prazo, quando o programa para alienação de património que o anterior Presidente da Câmara tinha, apenas foi concretizado em 20% de um total de cerca de 90 milhões de euros? Como era possível que o PSD apresentasse uma proposta em que queria resolver um problema de tesouraria, através de uma solução estruturável, essa sim compaginável com a possível venda de património municipal? -----

----- Portanto, do ponto de vista técnico não havia nenhum economista que aconselhasse a alienação de património, uma medida de natureza estrutural, para resolver um problema de natureza financeira, um problema até de tesouraria. Não

havia nenhum economista que fosse capaz de sustentar essa proposta. Qualquer economista diria que a resolução de um problema de tesouraria deveria ser feito à custa de financiamento bancário, se possível com condições de financiamento favoráveis a quem o promovia. E não havia dúvida nenhuma que, desse ponto de vista, a proposta para este empréstimo era acertada e constituiria uma poupança significativa relativamente àquilo que a Câmara deveria pagar, se as dívidas actuais a fornecedores não pudessem ser transformadas em financiamento bancário de médio prazo. A poupança era significativa, portanto, do ponto de vista técnico, a solução proposta era recomendável financeiramente. -----

----- Um outro aspecto absolutamente inacreditável, era o PSD pôr em causa uma proposta que era uma das traves mestras essenciais para a execução do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado pela Assembleia Municipal. Que não se esquecessem que pôr em causa essa componente essencial desse plano, implicaria pôr em causa também um conjunto de consequências financeiras que atavam de pés e mãos a Câmara Municipal para resolver muitos dos problemas actualmente pendentes, entre os quais estava a situação da precariedade que envolvia inúmeros trabalhadores que o BE queria que fossem integrados no quadro da Câmara, tal como o Plano de Saneamento Financeiro o dizia expressamente e tal como tem sido a vontade manifestada por todas as organizações representativas dos trabalhadores. -----

----- Disse que se a proposta para a contracção deste empréstimo fosse chumbada pela Assembleia Municipal, tal teria como consequência inviabilizar o seguimento da resolução da situação desses muitos trabalhadores. -----

----- Por outro lado, o PSD teria que ter consciência que a inviabilização dessa proposta significava fazer aquilo que o próprio PSD já defendera na Assembleia Municipal, que era a autonomia do Poder Local face ao Poder Central, e impedir que o Poder Central usasse argumentos para intervir sobre a situação financeira das Câmaras Municipais, concretamente sobre a Câmara Municipal de Lisboa. Mas se o pedido fosse recusado, era evidente que estavam a abrir caminho para que o Governo interviesse directamente na resolução dos problemas financeiros da Câmara Municipal, e os Deputados Municipais do PSD, dessa forma, estariam a ir contra o seu próprio discurso que, como referira, insistia na autonomia do Poder Local face ao Poder Central. -----

----- Prosseguindo, disse que o líder da bancada do PSD fizera um apelo, na sua intervenção, ao Sr. Presidente da Câmara para aceitar negociar. Mas negociar o quê? Negociar o montante do empréstimo? Pelos vistos existia um acordo com o PSD! Negociar e *spread* bancário a taxas de juro bancário não lhe parecia que isso fosse forma de um Grupo Municipal poder reclamar contra aquilo que estava proposto à Assembleia. -----

----- Fazer o mesmo tipo de política que, infelizmente, tem marcado a cena política nacional, que eram os negócios que o PS e o PSD gostavam de fazer nos bastidores do poder, nomeadamente através da próxima alteração à Lei Eleitoral dos Municípios, que parecia ter já merecido o acordo desses dois partidos. Era a esse tipo de negociação que o líder do PSD se referia? Pois, se era a esse acordo, ele não era caso

bastante para desenvolver esse processo de negociação às escondidas ou com a transparência a que já estavam habituados. -----

----- Tratava-se de uma questão que teria de merecer, por parte da Assembleia Municipal, total transparência. Se o líder do PSD fosse ali reivindicar mais medidas, um controlo mais eficaz por parte da Assembleia Municipal relativamente à execução do empréstimo, se, por exemplo, ali pegasse nos compromissos que o Sr. Vereador responsável pelo Pelouro das Finanças assumira na respectiva Comissão Permanente da Assembleia Municipal, quando se prontificara a vir, mensalmente, informar a Assembleia sobre o andamento do empréstimo, não só da segunda mas também da primeira tranche, esse tipo de medidas, que acentuavam a transparência do processo e o grau de controlo político, pela Assembleia Municipal, relativamente ao empréstimo, seria, eventualmente, subscrito por todas as bancadas. -----

----- Mas não foi isso que o líder do PSD ali foi fazer! O que ele ali foi fazer foi justificar a chicana política que a Direcção do PSD quisera fazer à conta desse episódio, mas que, a seu ver, não se saíra lá muito bem em todo esse processo. -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que parecia que ninguém tinha dúvidas sobre o estado crítico das finanças da Câmara Municipal, e também da economia, que, como certamente sabiam, eram coisas diferentes. Aliás, tinha até algum receio de se tornar um bocado chato porque vinha dizendo isto há largos meses. Isso significava, por exemplo, que este empréstimo era de facto uma peça fundamental, uma peça importante, mas não era a única peça daquilo que era um longo processo de recuperação económica/financeira da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- E era por isso que o CDS-PP vinha insistindo que este era um processo complexo, um processo que se iniciara com as eleições, continuara com a apresentação do Plano de Saneamento Financeiro, que era, como disseram, um processo de intenções, com quantificação mais ou menos rigorosa conforme as situações apresentadas, mas, de facto, a situação final seria a discussão do Orçamento, porque seria aí que todas as peças se iriam juntando e onde também, claramente, a orientação da gestão da Câmara Municipal começaria a ser expressa. E dizia que começaria porque também não acreditava que no primeiro Orçamento fosse possível aplicar todas as medidas de que a Câmara necessitava. -----

----- Mas porquê esta conversa se estavam a falar do empréstimo? Era porque, como também tem referido à exaustão, se este empréstimo não fosse seguido de uma política económica, de uma política de reforma estrutural da receita e da despesa da Câmara, daqui a dois, três, cinco anos estariam, provavelmente, com as mesmas pateadas, as mesmas zangas e as mesmas diferenças a falar de um outro empréstimo, ou talvez não porque nessa altura certamente o Governo já teria mesmo utilizado um qualquer artigo da lei, e não saberia em que estado estaria a Câmara Municipal. -----

----- Isto para dizer que a responsabilidade política não terminava neste empréstimo. Se ele for viabilizado, e o CDS-PP entendia que nada de muito relevante deveria levar a que não fosse, porque, no fundamental, era um empréstimo que, na sua estrutura fazia sentido, a responsabilidade política da Câmara não ficaria resolvida aí. Ou seja, a

situação da Câmara não ficava salva, porque podia perfeitamente encostar-se à sombra do empréstimo, que lhe iria permitir algum desafogo financeiro no sentido de gerir o futuro da Câmara, e esquecer-se das medidas fundamentais de sua reestruturação. -----

----- Tudo isto era uma repetição de quanto tinha dito até agora, e que continuaria a dizer, no futuro, até que as suas propostas e ideias fossem cumpridas. -----

----- Disse, depois, que achava dificilmente justificável a aparente teimosia do PSD em inviabilizar este instrumento. Havia algumas dúvidas, que o próprio CDS-PP colocara em locais diversos, fosse na Moção que apresentaram hoje, fosse no passado em várias discussões, fosse nas próprias reuniões da Comissão Permanente de Finanças, que tinham que ver essencialmente com algumas questões relacionadas com os custos e com a forma como esse instrumento poderia lidar com alguma incerteza na utilização do dinheiro, porque, de facto, não era algo em que se pegasse em 360 milhões de euros e se pagasse uma conta e estava tudo resolvido. Havia despesas que tinham que se apurar, etc., e parecia-lhe que o empréstimo, nesse aspecto, estava desenhado de forma a cobrir todos esses problemas de incerteza na sua utilização. -----

----- Portanto, era, basicamente, um instrumento que lhe parecia bastante bem desenhado e adequado. -----

----- A questão que antes os preocupava, e que foi exaustivamente colocada pelo CDS-PP, tinha a ver com a transparência da sua utilização, porque, obviamente, sabia-se que passava pela cabeça de muitos Deputados Municipais se o Executivo não iria utilizar esse dinheiro para fazer uns floreados, umas batotas, utilizando nos campanhas eleitorais, etc., etc., aumentando, assim, o endividamento. -----

----- No entanto, como era sabido, foram assumidos os compromissos para que a Assembleia Municipal tivesse os instrumentos que lhe permitisse controlar a utilização desse dinheiro e garantir que ele fosse gasto naquilo a que estava destinado, que o CDS-PP concordava que era um instrumento útil para a Câmara, concretamente sanear a situação financeira que foi acumulada por variadíssimos Executivos até ao início deste mandato. -----

----- Aliás, era algo que no passado já deveria ter sido feito. Não dizia se com esta dimensão ou não porque não queria agora entrar em pormenores, mas era algo que, provavelmente, já poderia ter sido utilizado em determinados momentos e com determinados instrumentos, para evitar que a situação tivesse chegado onde chegara. -

----- Quanto à ideia de alienar património para substituir uma parte do empréstimo, disse que poderia ser muito interessante se tivessem uma coisa que o CDS-PP vinha solicitando há muito tempo, que era uma política de gestão do património da Câmara. E esse pedido do CDS-PP já foi feito ao actual Executivo, mas também foi feito aos Executivos anteriores e não teve resultados. -----

----- Por isso, perguntava, a este como aos anteriores Executivos, como era possível gerir essa alienação de património quando fosse necessário, ou seja, que política de gestão de património tinha a Câmara ou iria ter. Ter, julgava que neste momento não tinha porque ainda no ano passado, por alturas da discussão do Orçamento, foi solicitada essa informação e ela nunca foi fornecida. -----

----- Portanto, era uma ideia que considerava excelente, não para pagar dívidas de curto prazo, mas, se calhar, para investir naquilo que a Câmara Municipal necessitava que era a reformulação e melhoria dos seus serviços, por exemplo para a sua concentração, pois, aí sim, a política de gestão do património seria fundamental. -----

----- Porém, não lhe parecia que a política de alienação de património fosse a mais indicada para cobrir necessidades de curto prazo, tanto mais que não tinha a mínima confiança de que essa alienação fosse possível num prazo compatível com as dívidas de curto prazo. -----

----- Por tudo isso, continuava a não entender muito bem como era que, e com que argumentos, se pretendia inviabilizar o empréstimo da Câmara. -----

----- Esta, disse, era a preocupação do CDS-PP. -----

----- Por outro lado, também desejava deixar uma nota, mais de cariz político, em relação à posição do Executivo. Entendia essa posição, veiculada essencialmente pelo seu Presidente, Dr. António Costa, de que se este empréstimo não fosse viabilizado eventualmente se demitiria, e, portanto, iriam para eleições intercalares. -----

----- Pessoalmente entendia as dificuldades da gestão num outro universo que não com este empréstimo que foi aquele que o Executivo desenhara, mas também lembrava que os candidatos foram para estas eleições intercalares com um cenário muito claro, que era o de um número elevadíssimo de candidaturas, com uma possibilidade de pulverização dos votos como, aliás, se veio a verificar, e com uma Assembleia Municipal – e nem sequer comentava se bem se mal – que era a que era. -----

----- Portanto, pensava que o Executivo deveria fazer um esforço para tentar, ainda assim, prosseguir o seu caminho, mesmo que não exactamente nos termos que desenhara. -----

----- Era apenas uma opinião, porque, obviamente, teria que ser o Executivo a decidir como iria orientar a sua conduta, mas sem dúvida que para a Cidade de Lisboa seria muito complicado se, à primeira dificuldade, houvesse uma desistência na gestão da Câmara Municipal. -----

----- Por conseguinte, não seria muito conveniente que fosse levada ao extremo essa posição do Sr. Presidente da Câmara, porque, de facto, o entendimento e os consensos em democracia eram fundamentais e tinham que os encontrar. -----

----- Mas, obviamente, o ónus político das dificuldades que para os cidadãos de Lisboa resultassem desses comportamentos, ou seja, de inviabilizar este empréstimo e, eventualmente, o Executivo ter que prosseguir com uma política que não era a sua e com dificuldades provocadas por uma força que no Executivo não tinha esse poder, obviamente seria julgada pelos cidadãos de Lisboa em momento próprio, ou seja, nas eleições que esperava fossem em devido tempo, isto é, em 2009. -----

----- Terminou apelando à Assembleia para que se ponderasse nesta matéria, e que no fim o sentido de voto fosse no melhor sentido da defesa dos interesses da população de Lisboa, que era, como muitas vezes tem dito, o objectivo primeiro da Assembleia Municipal. -----

----- **O Deputado Municipal Domingos Pires (CDS-PP)**, no uso da palavra, disse que estavam a apreciar uma proposta sob um empréstimo a contrair pela Câmara Municipal, para resolver uma situação financeira complicada. -----

----- Mas até agora tinham assistido, fundamentalmente, a um filme de cariz dramático, cuja principal personagem era o Sr. Presidente da Câmara, ajudado por outros actores secundários numa encenação de dramatização de uma situação em relação à qual, no seu entendimento, não havia dramatização nenhuma. A Câmara se necessitava de resolver os seus problemas e as suas dificuldades teria que encarar de frente sem entrar dramatizações. -----

----- Referiu que tinha de realçar, com todo o respeito e amizade até, a exaltação do Deputado Municipal Miguel Coelho, que efectivamente interviera com uma exaltação fora do vulgar, no mesmo rumo de outras intervenções que foram feitas, nomeadamente de sectores que os deixavam um bocado surpreendidos. -----

----- Referia-se, concretamente, ao Deputado Municipal Heitor de Sousa que na realidade veio para ali invocar negociações entre o PS e o PSD, quando, na verdade, não havia nem nunca houve negociações entre os dois partidos. Poderia haver negociações no sentido construtivo para ultrapassar determinados problemas, mas negociações não. A palavra negociata tinha um cariz depreciativo e com certeza não era por aí que deveriam ir. -----

----- Quanto à questão do saneamento financeiro, disse que foi ali referido que o ónus da situação em que a Câmara se encontrava era exclusivamente do PSD, mas nada de mais errado quanto a isso. Lembrava, apenas, que em 2001, na passagem do testemunho, a Câmara Municipal, então liderada pelo Dr. João Soares, deixara dívidas de curto prazo de 85 milhões de euros escriturados em contabilidade e 45 milhões estavam a descansar nas gavetas dos Senhores Directores Municipais. -----

----- Para além disso, era também necessário lembrar, para refrescar a memória, os encargos que ficaram por pagar relativamente aos rearranjos da Praça da Figueira, porque bastava ler a imprensa para se saber quais os montantes, e também uma série de dívidas que retratavam já na altura a situação financeira da Câmara, que era muito grave. Se calhar, o erro crasso que o PSD cometera na altura, foi não propor um saneamento financeiro como este que agora era proposto. -----

----- Sobre o resto do endividamento, disse que havia cerca de 600 milhões de euros de endividamento derivado do PER, foram integrados na dívida da Câmara 250 milhões de euros da dívida com a EXPO, e mais 50 milhões de euros de dívida à SIMTEJO, pelo que podiam fazer contas e ver qual a situação financeira da Câmara nessa altura. -----

----- Num comentário marginal, disse que essa situação lhe fazia lembrar quando o Engº Guterres deixara o Governo e lhe sucedeu o Dr. Durão Barroso, que teve aquela frase em que dizia que o País estava de tanga, que na altura foi muito comentada na imprensa, mas que efectivamente significava que o País estava à beira da falência. ----

----- Aludindo ao empréstimo proposto, disse que tinha que prestar a sua homenagem ao Sr. Vereador responsável pelo Pelouro das Finanças, e à equipa que o apoiara,



porque, de facto, negociara bem o empréstimo, na óptica de que ele se pudesse concretizar já que ainda não estava concretizado. -----

----- Referiu que dos 500 milhões de euros previstos para o empréstimo, 360 milhões eram para créditos diversos, os chamados créditos de curto prazo, sendo que 140 milhões seriam para a abertura de uma conta corrente na banca para ir satisfazendo situações pontuais de carência de tesouraria. -----

----- Mas desses 360 milhões de euros de dívidas a curto prazo, 107 milhões já estavam pagos, pelo que nesta altura as dívidas de curto prazo eram de 253 milhões de euros, e se desse montante tirassem 100 milhões que eram as dívidas às empresas municipais ficavam com 153 milhões de dívidas a terceiros, e desses 153 milhões de dívidas 31 milhões diziam respeito ao Túnel do Marquês e, por isso, essa factura deveria ser apresentada ao Sr. Vereador Sá Fernandes, que efectivamente era o autor dessa dívida. E, afinal, o Túnel do Marquês, que levava a toda essa dramatização e tivera o agravamento de custos que acabava de referir, era hoje uma obra emblemática do PSD na Cidade de Lisboa, bastava ouvir-se as pessoas para se saber a importância dessa obra para a cidade. -----

----- Portanto, feita esta resenha, a conclusão a que se chegava era que o Executivo camarário não necessitava de contrair um empréstimo de 500 milhões de euros, mas sim contrair um empréstimo, como o PSD já várias vezes demonstrara estar disponível para viabilizar, mas não desse montante. -----

----- De resto, o líder da bancada do PSD, há duas ou três semanas atrás, fizera ali uma intervenção onde apontara, basicamente, os números para a viabilização dessa proposta, quando referira que o PSD estava disponível para viabilizar 360 milhões de euros para liquidar as dívidas de curto prazo, mais 40 milhões para funcionarem de almofada numa conta corrente para satisfazer eventuais necessidades pontuais que viessem a surgir. -----

----- Portanto, ao contrário daquilo que se tinha dito à população de Lisboa de que o PSD estava a bloquear o andamento de um processo para liquidar dívidas da Câmara, que tinha que as pagar como era óbvio, não correspondia à verdade. O PSD, desde o início, disponibilizara-se para viabilizar uma solução que fosse equilibrada e que respondesse aos problemas que a Câmara tinha de enfrentar. E aquilo que pensavam era que os 400 milhões de euros, que já se disponibilizaram a viabilizar, satisfaziam plenamente, e até com muita folga, as necessidades da Câmara para resolver os problemas. -----

----- Por conseguinte, sugeria que o Sr. Presidente da Câmara retirasse a proposta, que a reanalisasse e que apresentasse uma nova proposta enquadrada dentro dessa perspectiva, para que se resolvessem os problemas da Cidade de Lisboa. Lisboa esperava mais de todos, não esperava que dramatizassem que se iam demitir, esperava que estivessem abertos e disponíveis para negociar e trabalhar em prol do povo da cidade, porque foi esse o seu desejo quando os elegeu para o representar. -----

----- Por isso, a solução era simples: o Sr. Presidente da Câmara retirava esta proposta, apresentava uma nova proposta para ser debatida e votada porque ainda vinha muito a tempo para ser enquadrada no Orçamento de 2008. -----

----- Portanto, a proposta ainda viria a tempo de ser enquadrada no Orçamento de 2008, para ser viabilizado também, com condições equilibradas que respondessem às necessidades e aos anseios dos credores, da população de Lisboa e de todos aqueles que, directa ou indirectamente, estivessem interessados no desenvolvimento da capital. -----

----- **O Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra, disse que estavam praticamente no fim do debate, que foi um debate onde se chegara a conclusões bastante interessantes na medida em que ficaram provadas várias coisas. --

----- Desde logo, ficou provado que o PSD não queria que a Câmara fosse má pagadora. Ficou provado que o PSD queria que a Câmara pagasse as suas dívidas, queria que os credores vissem satisfeitos os seus créditos perante a Câmara, como também ficou provado, ao contrário daquilo que foi repetidíssimo pelo Sr. Presidente da Câmara e por muitos porta-voz do PS, que o PSD não inviabilizaria a vida futura da Câmara Municipal, mas que apenas queria rigor na sua gestão, o que era completamente diferente. -----

----- Porque aquilo que o PSD queria fazer sempre o disse. Mas a arrogância, essa arrogância que o Sr. Presidente da Câmara transportara do Governo para o Município de Lisboa, é que não lhe permitira a humildade suficiente para negociar com quem deveria negociar. O Sr. Presidente, na sua arrogância “socriana”, chegara à Câmara e “eu quero, posso e mando, e se vocês não aceitarem eu vou-me embora”. -----

----- Na verdade, não queriam que o Sr. Presidente da Câmara se fosse embora, mas se fosse embora paciência! Haveria soluções porque em democracia havia sempre soluções. -----

----- E não aceitavam, como ali foi feito pelo Deputado Municipal Miguel Coelho, seduções e namoros aos eleitos das freguesias de maioria PSD, porque o PSD também não fazia isso aos eleitos nas suas freguesias de maioria PS. Cada um era responsável pelo seu voto, cada um era responsável pela sua posição. -----

----- Por outro lado, estava provado, também, que este empréstimo, se fosse viabilizado, só entraria no próximo Orçamento, ou então teria que ter uma revisão orçamental para o incluir, o que queria dizer que só em Fevereiro/Março estaria disponível. Portanto, havia imenso tempo para negociar uma fórmula que estivesse mais ajustada às necessidades da Câmara, uma fórmula que não inviabilizasse o futuro da cidade. -----

----- Seguidamente perguntou aos Deputados Municipais do PS se se lembravam que quando o ex-Presidente da Câmara, Dr. Pedro Santana Lopes, tomara posse, ele descobrira um número infundável de despesas que não estavam contabilizadas, como descobrira também uma dívida de dezenas de milhar de euros à SIMTEJO e uma dívida de dezenas e dezenas de milhar de euros à EXPO. Se ele tivesse a ousadia de propor à Assembleia Municipal a contracção de um empréstimo para pagar essas dívidas, o que não diria o Deputado Municipal Miguel Coelho!?

----- Recordou que, ao contrário do actual Presidente, o Dr. Pedro Santana Lopes, quando era Presidente da Câmara, procurava negociar sempre com o PS antes das propostas serem presentes à Assembleia Municipal, porque sabia que este órgão, que

tinha uma maioria PS/PCP, poderia, eventualmente, inviabilizá-las. Fazia isso com os Vereadores do PS! -----

----- E por que era que o Sr. Presidente da Câmara não caía da sua arrogância, não caía da sua importância e negociava com o PSD a forma mais compatível para, de facto, fazer face a este grave problema? -----

----- Disse que viu anunciado nos *placards* que a Câmara tinha espalhados pela cidade, que a Câmara já não tinha nenhuma dívida abaixo dos 100.000 euros, portanto já tinha conseguido pagar muitas dívidas e ia conseguir pagar muitas outras com aquilo que eram as suas próprias receitas. -----

----- Quem era que não desejaria entrar numa Câmara, como a de Lisboa, e ter o passado todo limpo? Ainda por cima com uma capacidade de mais de 140 milhões para poder resolver eventuais problemas futuros. Quem era que não gostaria disso? Mas era para resolver exactamente os problemas da Câmara que o Sr. Presidente fora eleito! -----

----- Sobre aquilo que foi ali dito pelo seu companheiro, Deputado Municipal Domingos Pires, disse que o Sr. Presidente da Câmara, Dr. António Costa, era um homem muito inteligente, era um democrata e um homem sensato. Todos lhe reconheciam isso. A sua arrogância devia-se, talvez, a uma imitação do Senhor Primeiro-Ministro, mas porque estava na Câmara e não no Governo, aconselhava-o a que deixasse essa arrogância porque na Câmara eram muito mais solidários que no Governo, já que no Governo estavam longe das pessoas e na Câmara confrontavam-se cara a cara com elas, era uma relação muito mais próxima. -----

----- Por que não fazia o Sr. Presidente da Câmara aquilo que lhe foi aconselhado há pouco, isto é, retirar a proposta, negociá-la procurando encontrar uma solução de consenso, respeitando a maioria da Assembleia? É que, quer o Sr. Presidente da Câmara quisesse, quer não, havia uma maioria na Assembleia Municipal, e essa maioria, naturalmente, não estava interessada em prejudicar Lisboa, não estava interessada em inviabilizar a economia de muitos pequenos comerciantes e industriais da cidade. Queria encontrar uma solução, queria que as dívidas fossem pagas e isso teria que ser dito até à exaustão. O PSD queria que as dívidas fossem pagas, e, se por acaso não fossem, a culpa era só do Sr. Presidente da Câmara porque não soubera negociar com quem devia na devida altura, porque foi arrogante, porque foi exagerado, porque quisera mais que aquilo que era preciso. -----

----- Aliás, foi ali mais que provado, e não valia a pena estar a repetir números, que esta dívida pertencia a um passado muito distante, não era apenas de um passado de cinco anos. Nesse passado distante o PS, o PCP e o CDS-PP tinham responsabilidades, e depois era também de um passado muito recente onde o Sr. Vereador Sá Fernandes tinha muitas responsabilidades pela sua grande irresponsabilidade enquanto Vereador da oposição. Foi mesmo das pessoas mais irresponsáveis que alguma vez passara pela Vereação, e isso custara muito dinheiro. O Zé estava calado agora mas antes falava demais. -----

----- Portanto, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara que retirasse a proposta, que arranjasse uma forma airosa de sair deste problema, o PSD já disse que viabilizaria a

contracção de um empréstimo de 400 milhões, estavam interessados em resolver a questão o mais rapidamente possível para que no próximo Orçamento, ou numa próxima revisão orçamental, tudo pudesse ficar resolvido. -----

----- Agora, que não usasse isso como instrumento para justificar a sua incapacidade, para se vitimizar perante os lisboetas, que não dissesse aos lisboetas que o PSD estava a inviabilizar a futura gestão da Câmara, porque isso era mentira. O PSD não queria inviabilizar a futura gestão da Câmara mas sim queria exercer os seus direitos, e tinha direito a poder votar contra esta proposta da Câmara por entender que ela estava mal feita. -----

----- Se a proposta fosse melhorada só beneficiava a Cidade de Lisboa, e o Sr. Presidente da Câmara teria que aceitar isso. Que descesse da sua arrogância, que falasse com as pessoas, que fosse dialogante, que fosse o mais democrata possível, que se entendesse com o PSD que o PSD também se queria entender com ele. Se assim fosse, Lisboa agradecia. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que não ia responder agora a várias questões que foram ali colocadas, porque não era o momento, mas ouvira, como todos ouviram, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Benfica ali retomar o que o PSD tinha dito há cerca de 15 dias. -----

----- E, quanto a isso, a pergunta que fazia, com toda a frontalidade, ao Grupo Municipal do PSD, era se essa era a posição oficial do PSD, porque ouviram, ao longo dos últimos dias, várias propostas do PSD. Ontem tinham um empréstimo de 143 milhões de euros, hoje voltaram a ter um empréstimo de 400 milhões, em duas tranches, uma de 360 milhões e outra de 40 milhões. -----

----- Se fosse esta a posição do PSD, pediria à Sra. Presidente uma suspensão dos trabalhos, convocaria, porque tinha o acordo de todos os Vereadores presentes, uma reunião extraordinária da Câmara, a Câmara poderia apreciar aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Junta de Benfica, e não teria o menor reбуço em propor à Câmara a substituição da proposta que tinham presente de 360 milhões mais 140 milhões de euros, por uma proposta de 360 milhões mais 40 milhões de euros. Teriam que verificar só se a Caixa Geral de Depósitos, que era o banco contratante, aceitava manter a proposta que tinha, e estariam em condições de hoje mesmo encerrar este processo. Isto se for essa a posição do PSD. -----

----- Agora, não podiam era ter mais adiamentos para não voltarem a ter outras propostas -----

----- **A Senhora Presidente** disse que a interrupção dos trabalhos seria concedida e que retomariam os trabalhos na sequência de uma consulta aos líderes de bancada. ----

----- Entretanto, dava a palavra ao Deputado Municipal Jorge Penedo para esclarecer a questão colocada pelo Sr. Presidente da Câmara. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)** solicitou a interrupção dos trabalhos por cinco minutos, para fazerem uma reunião, tendo a **Senhora Presidente** suspenso os trabalhos por esse lapso de tempo. -----

----- Na reabertura dos trabalhos, o **Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)** usou da palavra referindo que o PSD, em 25 de Setembro, disse que aceitaria um

empréstimo de 400 milhões de euros, em 16 de Outubro reafirmara essa proposta, e hoje voltava a fazer a mesma afirmação. -----

----- Portanto, se a Câmara alterasse a sua proposta nesse sentido, mantendo todas as promessas de controlo que foram feitas por parte da Assembleia Municipal, mantendo todo o princípio de protocolos com as Juntas de Freguesia, que era essencial para a Cidade de Lisboa, o PSD viabilizaria essa proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara** solicitou então à Mesa que os trabalhos fossem cancelados por 15 minutos, a fim de fazer, de imediato, uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, aproveitando desde logo para convocar as Senhoras e os Srs. Vereadores para essa mesma reunião, que decorreria no quarto andar das instalações da Assembleia Municipal. -----

----- **A Senhora Presidente**, depois de pôr o seu Gabinete à disposição da Câmara para a referida reunião, disse que, atento o epílogo, pensava não haver razões para mais intervenções. A menos que fosse uma questão absolutamente nuclear, pensava que estavam todos em condições de votar porque o mais importante já se disse no minuto anterior. -----

----- No entanto, antes da votação, pediu a atenção para que considerassem na proposta que na segunda tranche, ponto 1.2, se deveria ler 40 milhões de euros, sendo que depois a proposta teria os reajustes necessários. -----

----- Portanto, na primeira tranche consideravam-se os 360 milhões de euros, ficava intocável, e na segunda tranche consideravam-se 40 milhões e não os 140 milhões constantes da proposta, mantendo-se todas as outras condições. -----

----- À proposta associava-se, e votariam em bloco, uma recomendação da Assembleia no sentido de ratificação na próxima reunião do Executivo. Não era sequer uma condição, era uma recomendação no sentido da ratificação na próxima reunião do Executivo. -----

----- Pôs então à votação a Proposta 493/2007, com as alterações introduzidas, tendo a Assembleia deliberado aprová-la, por maioria, com votos favoráveis do PS, PCP, BE e PEV, e a abstenção do PSD e do CDS-PP. -----

----- **O Deputado Municipal Jorge Penedo (PSD)**, fez a seguinte declaração de voto:

----- “Lisboa teve uma grande vitória. Penso que hoje ficou aqui demonstrado um conjunto de premissas para aquilo que será o restante tempo do mandato do Dr. António Costa, que importa realçar. O PSD faz propostas sérias, em tempo útil, e mantinha-as até ao fim. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara percebeu, e isso só abona a seu favor, que de facto com diálogo com o PSD é possível governar a Câmara e governar Lisboa. -----

----- Penso que Lisboa está de parabéns.” -----

----- **O Deputado Municipal Miguel Coelho (PS)**, fez a seguinte declaração de voto:

----- “Acabamos de assistir a algo de delicioso, que é o PSD abster-se numa sua própria proposta, ao que parece. -----

----- Isto demonstra duas coisas: a estratégia da Direcção Nacional do PSD saiu derrotada. De 143 milhões de euros que queriam fazer aprovar hoje aqui, e apenas isso, passou o essencial da proposta da Câmara, a proposta de 360 milhões de euros. --

----- Por isso, o PSD absteve-se. -----

----- Mas quero registar, com agrado, que houve aqui, de facto, uma vitória de Lisboa. Houve uma vitória da Cidade de Lisboa, porque ao aprovar-se este empréstimo financeiro, condição essencial para se fazer o saneamento financeiro da Autarquia, a cidade pode ter uma réstia de esperança em relação aos próximos anos, porque assim não vai paralisar, contrariamente àquilo que queria a Direcção Nacional do PSD. Não haja dúvidas nenhuma! -----

----- E nessa perspectiva eu quero, mais uma vez, prestar a minha homenagem aos autarcas da Cidade de Lisboa, e em particular aos autarcas das freguesias, porque foram as intervenções de alguns autarcas de freguesias do PSD que fizeram prevalecer o bom-senso na Direcção do PSD. -----

----- Por isso, as minhas felicitações a quem influenciou directamente a alteração do sentido de voto que o PSD queria ter em relação a este empréstimo.” -----

----- **O Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Nós estamos satisfeitos com a solução que foi encontrada. -----

----- Agora, não estamos satisfeitos com os excessos que foram cometidos, e foram cometidos excessos pela Câmara Municipal e pelo PSD, quando se pronunciavam em público de maneira a que toda a população da Cidade de Lisboa ficou a lamentar esta situação, e contra esta situação. -----

----- E isto tem de servir como exemplo para o futuro. Há sempre possibilidades, num regime democrático, de autarcas se entenderem, de se encontrarem, de conversarem. Agora, excessos que não têm nada a ver com esse comportamento democrático, é que não são necessários para a Cidade de Lisboa. -----

----- Portanto, estamos todos bem, saímos bem, é bom que a Câmara ratifique esta decisão que aqui foi tomada, na sua próxima reunião, mas é bom também que fique este exemplo para o futuro: é que é sempre possível os autarcas discutirem, consensualizarem posições, e só quando não se encontram saídas se vai então, obviamente, para o confronto político. Mas é o confronto político! Não pode este clima continuar também nesta Assembleia, tem que haver o bom-senso e a capacidade de encontrar soluções que interessam de facto à cidade, e não às direcções partidárias nem sequer a um ou outro eleito. -----

----- Penso que é esta a lição que temos que tirar desta Sessão.” -----

----- **O Deputado Municipal Heitor de Sousa (BE)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “Eu estou de acordo que se diga que Lisboa ganhou alguma coisa com este debate. De facto, eu acho que este debate permitiu que Lisboa conheça melhor o PSD que tem, um partido que é capaz das maiores cambalhotas, no bom e velho estilo do antigo líder Pedro Santana Lopes, que era capaz de dizer uma coisa e o seu contrário com uma hora de intervalo, com a maior das boas disposições e cara de pau. -----

----- O PSD mostrou que é capaz de fazer uma coisa que em política é absolutamente inenarrável. Ninguém acredita como é possível alguém fazer uma proposta e depois abster-se em relação à sua própria proposta. -----

----- É esta declaração de voto que justifica a nossa coerência relativamente à aprovação da proposta, porque pensamos que os fundamentos que a justificaram continuam e permanecem válidos. -----

----- E esta alteração de proposta, quanto a nós, significa um risco maior que a Câmara vai correr, tudo porque o PSD foi irresponsável e não foi capaz de, em tempo útil, fazer a proposta que acabou por fazer nesta Sessão.” -----

----- **O Deputado Municipal Rui Roque (CDS-PP)**, fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O CDS-PP congratula-se pela viabilização deste instrumento relevante no caminho que a Câmara Municipal de Lisboa tem que fazer, para bem servir a cidade. --

----- Não se esqueça o Executivo, no entanto, que se aproxima o momento fundamental da discussão do Plano e Orçamento. Aí o CDS-PP continuará a batalha pela aplicação das políticas que temos por correctas para o futuro, tal como hoje foi afinal reconhecido na aprovação da nossa Moção. -----

----- Permitam-me, ainda, a presunção de que a nossa intervenção neste debate tenha alertado algumas consciências para evitarem o caminho da destruição da cidade. -----

----- Esperamos que o CDS-PP possa continuar a contribuir, dessa maneira, para o bom futuro da cidade.” -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara**, no uso da palavra, disse que, em primeiro lugar, porque isso lhe foi pedido pelos Vereadores eleitos pelas listas “Lisboa com Carmona” e “Movimento de Cidadãos por Lisboa”, transmitir ali o sentido de voto na reunião de Câmara. A alteração à proposta foi aprovada com as abstenções dos Vereadores do PPD/PSD e o movimento “Lisboa com Carmona”, e os votos favoráveis dos restantes Vereadores. -----

----- Disse, depois, que achava que tinham todos boas razões para reflectir sobre todo este processo. -----

----- Em primeiro lugar, desejava dizer que a proposta que acabara por ser viabilizada era uma proposta de risco. Era uma proposta que permitia o pagamento imediato dos 360 milhões de euros de dívidas a curto prazo, já liquidados, mas não garantia o pagamento da totalidade da dívida provisionada que constava do Relatório e Contas, já que só ficaram, na segunda tranche, os 40 milhões de euros e não os 140 milhões propostos pela Câmara. Portanto, era uma solução de risco que todos teriam que ter em conta. -----

----- Pela sua parte, e pela parte da Câmara, esse risco foi avaliado, e foi avaliado esse risco em confronto com o risco da crise política. E quatro meses após as eleições, pareceu-lhes que seria errado concorrer para o risco de agravar a crise política. -----

----- Mas, ao longo desta tarde, ouvira ali várias vezes falar de negociação e não negociação. E havia uma coisa que gostaria de dizer: é que nunca revelava em público as negociações políticas que mantinha, mas estava de consciência absolutamente tranquila com o esforço que fizera, em todas as instâncias, para negociar a viabilização deste empréstimo que era crucial para a cidade. -----

----- E havia uma coisa que teriam que ter muito claro no relacionamento entre todos. Tinham na vida política democrática, e como sublinhara o Deputado Municipal

Modesto Navarro, que dialogar uns com os outros, e não deviam desqualificar esse diálogo democrático com expressões como “negócios”, “negociatas” ou outras expressões do género. Fazia parte da vida democrática o diálogo entre todos os eleitos, e não seria nunca ele a fechar a porta a qualquer diálogo. -----

----- No entanto, o diálogo tinha que ter um sentido, tinha que ter um interlocutor identificado, e não podia variar consoante o dia da semana. Não podia ser num dia a viabilização de um plano que previa 500 milhões de euros, depois noutra dia já estavam nos 400 milhões, a seguir noutra dia já estavam nos 143 milhões, e depois voltavam aos 400 milhões. -----

----- Não, isso tinha que ter uma base e tinha que ter uma linha condutora. Não podiam ter uma posição nas Juntas, uma posição na Assembleia, outra posição na Câmara e outra posição nas direcções nacionais. -----

----- Portanto, achava que chegaram a uma solução que lhes permitia resolver um problema de imediato, esperavam que o problema não se pusesse a prazo e que estivessem descalços para o resolver, mas, sobretudo, achava que teriam de definir bem o sistema de relacionamento entre todos para que situações destas não se voltassem a repetir, porque isso seria da maior gravidade para a cidade. -----

----- Todos tinham a sua legitimidade eleitoral e todos conheciam as diferentes maiorias que existiam em cada um dos órgãos, portanto todos tinham obrigação de saber que durante os próximos dois anos, gostassem ou não uns dos outros, e não gostavam, era sabido que não gostavam, não teriam mesmo outro remédio senão procurar conviver com essas maiorias distintas. E para que isso se fizesse era necessário clareza, linha condutora e interlocutores claros para resolver essas situações. -----

----- Por fim, disse que chegaram ao fim desta etapa, mas como bem sublinhara ali o líder da bancada do CDS-PP, este empréstimo era só uma parte do problema, porque o essencial do problema punha-se, efectivamente, no saneamento económico das finanças do Município. E o saneamento económico das finanças do Município dependia muito menos deste empréstimo, que só servia para pagar as dívidas herdadas, mas muito mais dos planos de actividades e orçamentos que fossem discutidos e aprovados para os próximos anos. Aí, sim, estava um gigantesco desafio para a consolidação efectiva da situação financeira do Município. -----

----- **Nota:** As propostas votadas na presente reunião foram aprovadas, em minuta, nos termos da deliberação tomada pela Assembleia, por unanimidade, na reunião realizada no dia 2 de Março de 2006, inserida a páginas 40 da respectiva acta (acta n.º 6). -----

----- **A Senhora Presidente**, seguidamente, esgotada que estava a Ordem de Trabalhos, deu por encerrada a reunião e com ela a Sessão Extraordinária nesta data iniciada. -----

----- Eram 19 horas e 30 minutos. -----

----- E eu, \_\_\_\_\_, Primeiro Secretário fiz lavrar a presente acta que subscrevo juntamente com o Segundo Secretário, \_\_\_\_\_.

----- A PRESIDENTE -----



